



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 684/2013

Revoga as Leis nº 12.988/2000, nº 13.142/2001, nº 13.160/2001, nº 13.188/2001, nº 13.202/2001, nº 13.211/2001, nº 13.241/2001, nº 13.472/2002, nº 13.480/2002, nº 13.495/2002, nº 13.893/2002, nº 14.244/2003, nº 14.294/2004, nº 14.378/2004, nº 14.631/2005.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 12.988, de 24 de novembro de 2000; nº 13.142, de 11 de maio de 2001; nº 13.160, de 23 de maio de 2001; nº 13.188, de 25 de junho de 2001; nº 13.202, de 27 de junho de 2001; nº 13.211, de 27 de junho de 2001; nº 13.241, de 3 de agosto de 2001; nº 13.472, de 14 de janeiro de 2002; nº 13.480, de 14 de janeiro de 2002; nº 13.495, de 14 de janeiro de 2002; nº 13.893, de 25 de novembro de 2002; nº 14.244, de 27 de novembro de 2003; nº 14.291, de 16 de fevereiro de 2004; nº 14.378, de 29 de abril de 2004; nº 14.631, de 13 de janeiro de 2005.

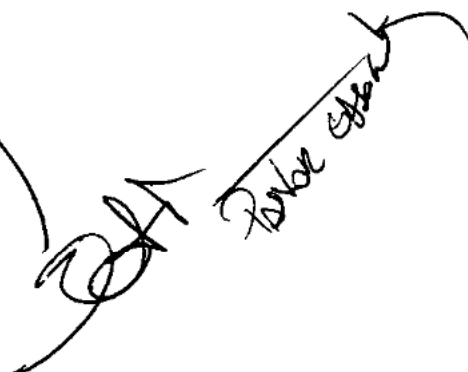
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


M. B. L. L. L.


Relator
P. L. F. L. L.


Relator
P. L. F. L. L.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

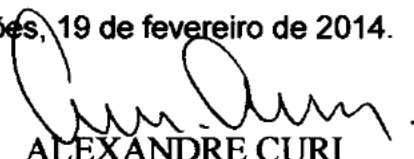
Redação Final ao Projeto Lei nº 685/2013

Revoga as Leis nº 10.049/1992, nº 10.101/1992, nº 10.242/1993, nº 11.404/1996, nº 11.405/2001, nº 13.211/1996, nº 11.461/1996, nº 11.527/1996, nº 11.530/1996, nº 11.561/1996, nº 11.567/1996, nº 11.591/1996, nº 11.616/1996, nº 11.703/1997, nº 11.731/1997, nº 11.754/1997.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.049, de 16 de julho de 1992; nº 10.101, de 9 de outubro de 1992; nº 10.242, de 8 de janeiro de 1993; nº 11.404, de 30 de maio de 1996; nº 11.405, de 30 de maio de 1996; nº 11.461, de 10 de julho de 1996; nº 11.527, de 20 de setembro de 1996; nº 11.530, de 20 de setembro de 1996; nº 11.561, de 11 de outubro de 1996; nº 11.567, de 29 de outubro de 1996; nº 11.591, de 14 de novembro de 1996; nº 11.616, de 26 de novembro de 1996; nº 11.703, de 1º de abril de 1997; nº 11.731, de 28 de maio de 1997 e nº 11.754, de 25 de junho de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

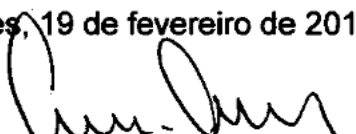
Redação Final ao Projeto Lei nº 686/2013

Revoga as Leis nº	11.796/1997;	nº
11.798/1997;	nº	11.807/1997;
11.823/1997;	nº	11.826/1997;
11.865/1997;	nº	11.882/1997;
11.932/1997;	nº	12.051/1998;
12.036/1998;	nº	12.132/1998;
12.185/1998;	nº	12.190/1998;
nº	12.763/1999,	nº
nº	12.798/1999.	

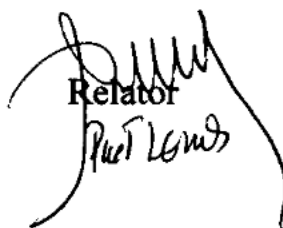
Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 11.796, de 10 de julho de 1997; nº 11.798, de 10 de julho de 1997; nº 11.807, de 14 de agosto 1997; nº 11.823, de 12 de setembro de 1997; nº 11.826, de 12 de setembro de 1997; nº 11.865, de 10 de novembro de 1997; nº 11.882, de 25 de novembro de 1997; nº 11.932, de 10 de dezembro de 1997; nº 12.051, de 30 janeiro de 1998; nº 12.036, de 30 de janeiro 1998; nº 12.132, de 29 de abril de 1998; nº 12.185, de 5 de junho de 1998; nº 12.190, de 8 de junho de 1998; nº 12.763, de 17 de dezembro de 1999; nº 12.798, de 17 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI -
Presidente


Manoel Luiz


Relator
Paulo Loures


Relator
Paulo Loures



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 712/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

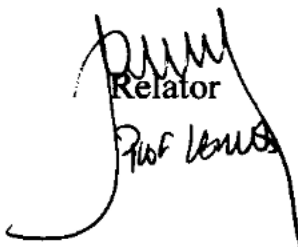
- I - Lei nº 11.323, de 17 de janeiro de 1996;
- II - Lei nº 10.274, de 17 de maio de 1993;
- III - Lei nº 12.568, de 8 de junho de 1999;
- IV - Lei nº 14.331, de 16 de fevereiro de 2004;
- V - Lei nº 14.673, de 1º de março de 2005 e
- VI - Lei nº 16.712, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


LMS


Relator
Prof. Leusa


Pinto e Silva



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 713/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 7.874, de 25 de junho de 1984;
- II – Lei nº 10.246, de 8 de janeiro de 1993;
- III – Lei nº 11.472, de 16 de julho de 1996 e
- IV – Lei nº 12.004, de 6 de janeiro de 1998.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

Prof. Leus


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 805/2013

Concede o Título de Cidadão Honorário
do Estado do Paraná ao Senhor Rikichi
Orikasa.

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Senhor Rikichi Oriksa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
Prof. Luis


Rikichi Oriksa

Prof. Dr. Orlando



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

22/13

Súmula: Regulamenta o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Poderá, mediante lei específica, ser instituída ou autorizada a instituição de fundação sem fins lucrativos, integrante da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, neste último caso, para o desempenho de atividade estatal que não seja exclusiva de Estado, nas seguintes áreas:

- I - saúde;
- II - assistência social;
- III - cultura;
- IV - turismo;
- V - desporto;
- VI - ciência e tecnologia;
- VII - comunicação social.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 05 de dezembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Curitiba, em 05 de dezembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

- I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 05/12/13

[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva regulamentar o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público.

O referido dispositivo tem a seguinte redação:

"Art. 27. ...

...
XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; "

A presente medida visa tão somente definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público, que serão nas seguintes áreas: de saúde; de assistência social; de cultura; de turismo; de desporto; de ciência e tecnologia; e de comunicação social.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reiero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.12.163.852-5



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei Complementar nº 22/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO que *“Regulamenta o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público”*.

Relator: *DEPUTADO PEDRO LUPION*

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar de nº 22/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO (mensagem nº 184/2013), que tem por objetivo regulamentar o inciso XVIII do artigo 27 da Constituição Estadual, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público, estabelecendo que o poder público poderá instituir fundação estatal, sem fins lucrativos, nas áreas de atuação que especifica.

Nesse sentido, o projeto determina que a instituição de fundação com personalidade jurídica de direito privado somente é possível para o desempenho de atividade estatal que não seja exclusiva do Estado.

De acordo com a justificativa apresentada com o Projeto de Lei, a proposição estabelece as áreas de atuação da fundação estatal, que deverá ser



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

criada sempre por lei específica. Inclusive determina o rol de atividades/áreas a serem exercidas pelas fundações a serem criadas.

Uma vez lido em expediente, foi encaminhado a esta Comissão nos termos regimentais, sendo então designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.

II – ANÁLISE E VOTO

Inicialmente, resalto a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise do PL.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

O Poder Executivo, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis Complementares conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65³) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124⁴).

A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe, em regra, aos membros do Poder Legislativo. Todavia há casos expressamente consignados no texto constitucional em que essa iniciativa passa a ser privativa do Chefe do Poder Executivo.⁵

Dentre as categorias de Leis de iniciativa do Poder Executivo se encontraram as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias e órgãos, justamente porque dizem respeito à administração pública, cuja competência é do Executivo, vedado o Legislativo dispor da matéria sob pena de haver indevida ingerência de um Poder sobre o outro.

Assim, cabe ao Poder Executivo a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, de modo que o Poder Legislativo, não pode, a pretexto legislar, editar Leis que equivalem, na prática, a verdadeiros atos de administração, violando a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais.

³ Art. 65. [CE] *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.* (grifo meu)

⁴ Art. 124. [RIALEP] *A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.* (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

⁵ Em relação a competência, a Constituição Estadual prevê a possibilidade do Governador do Estado iniciar o processo legislativo nos casos previstos na Constituição, como é o caso que ora se apresenta, nos exatos termos do inciso IV do artigo 87 da Constituição Estadual: "Art.87 Compete privativamente ao Governador:[...] IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;"



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Neste sentido é o que determina o inciso VI do mencionado artigo 87 da Constituição Estadual:

“Art. 87. [...]

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;”

Consigne-se que “o chefe do Poder Executivo estadual não poderia ser privado da competência para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual”. (excerto extraído do voto da Ministra Cármen Lúcia na ADI 1.348, Plenário, DJE 7.3.2008)

Desta forma, uma vez que a pretensa legislação almeja tão somente fixar as áreas em que as fundações instituídas pelo Poder Público atuarão, bem como é inerente a própria administração pública, cabendo somente ao Poder Executivo dispor da matéria.

Ademais o mandato do inciso XVIII do artigo 27, da Constituição Estadual é claro e direto:

“XVII – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”

Logo, a pretensa legislação não extrapola o poder de regulamentar, até mesmo porque o objetivo da lei regulamentadora é específico: definir áreas de atuação das fundações criadas pela administração pública. Nada mais do que isso.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Desta forma, a proposta não vai além do que determina a Constituição, a medida que não está autorizando o Poder Executivo a instituir fundações sem que haja lei específica para tanto, e repito, somente delimita as áreas de atuação que futuras fundações, que por ventura possam vir a ser criadas, poderão atuar.

Destaco ainda que prevalece igual posicionamento no plano federal, uma vez que o Poder Executivo Federal, no ano de 2007, encaminhou ao Congresso Nacional proposta semelhante ao presente Projeto de Lei, buscando regulamentar as áreas de atuação das fundações a serem criadas pelo Poder Público, conforme o Projeto de Lei Complementar nº 92/2007 em trâmite na Câmara dos Deputados.

Em relação à constitucionalidade material do projeto, o mesmo encontra-se em harmonia com as disposições constantes da Constituição Federal.

Inclusive a jurista Maria Sylvia DI PIETRO⁶, quando aborda o tema fundação, apresenta-a como entidade que desempenha atividades atribuídas ao Estado no âmbito social, concluindo que fundação é a forma adequada para o desempenho de funções de ordem social, como saúde, educação, cultura, meio ambiente, assistência e outras, com o objetivo de beneficiar terceiros estranhos a entidade.

No mesmo sentido, alinha-se a definição de Hely Lopes MEIRELLES⁷ de que as fundações prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do poder público, mas de interesse coletivo, como a educação, cultura, pesquisa, sempre merecedoras do amparo do Estado.

⁶ DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito Administrativo*. 26ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. P.152

⁷ MEIRELLES. Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 39ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

No que tange à juridicidade a proposição está em perfeita conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

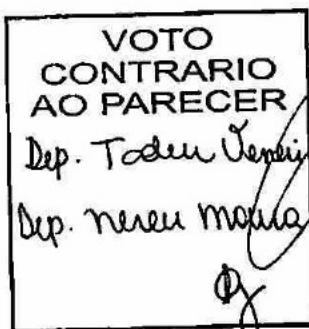
Por todo o exposto o meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar em apreço, não se aventando qualquer óbice na regular tramitação da matéria perante esta Casa Legislativa.

É O VOTO

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 22/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 11 de Dezembro de 2013



Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

11/12/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

24 FÉV. 2014

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 25 de fevereiro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 726/13 e Projeto de Lei Complementar 022/13, com diminuição de interstício entre as sessões.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 25 de fevereiro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 726/2013 e do Projeto de Lei Complementar 022/2013, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 24 de fevereiro de 2014.

15:30 24/02/2014 000770 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

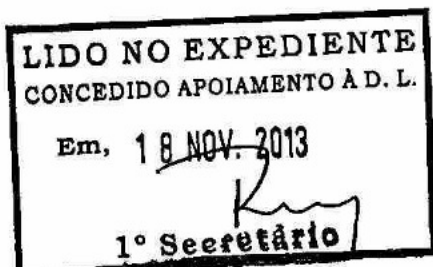
Handwritten signatures and names of deputies, many with circled numbers:

- 19 EVANDRO JR
- 2 DUILIO
- 3 Alexandre Curi
- 4 ROSEI
- 5 CARLOS MARTINS
- 6 ELIO
- 7 LUPRON
- 8 GILSON DE SOUZA
- 9 ADAGÃO
- 10 Bührer
- 11 ALBERTO
- 12 SCANAVACA
- 13 JONAS
- 14 ACOR
- 15 BIER
- 16 André Bueno
- 17 TURINI
- 18 BATTAGLIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 634 /2013

Altera a Lei nº 10.419/1993.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.419, de 2 de agosto de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

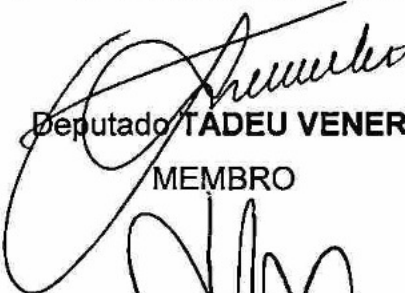
Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.419, de 2 de agosto de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Missal. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 10419 - 2 de Agosto de 1993

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 4067 de 2 de Agosto de 1993

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal - APAE, com sede e foro na cidade de Missal, Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal - APAE, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por pais, tutores, curadores e demais pessoas, empresas e instituições idôneas que se interessem pelos objetivos da associação, com sede e foro na cidade de Missal, Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 02 de agosto de 1993.

Roberto Requião
Governador do Estado

José Durval Matos do Amaral
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Comarca de Medianeira

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 634/2013

Projeto de Lei nº 634/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 10.419/1993.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.419/1993 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.419/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal – APAE, com sede e foro na Cidade de Missal, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a "sede e foro na Cidade de Missal," para "sede na Cidade de Missal, e foro no Município de Medianeira".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





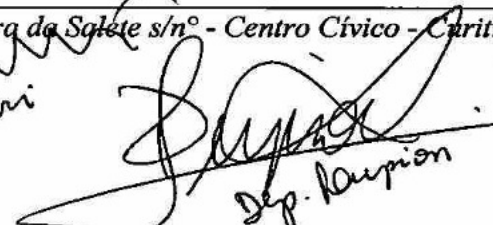
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

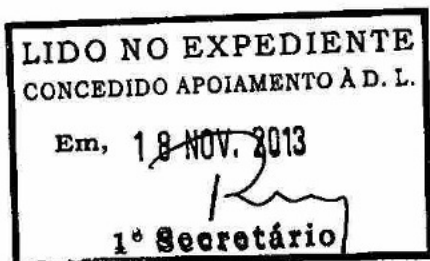
APROVADO

11.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 635/2013


Altera a Lei nº 11.817/1997.

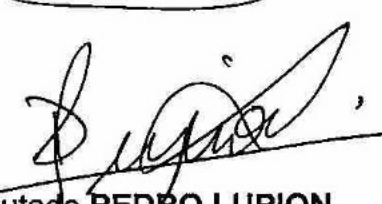
Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.817, de 22 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



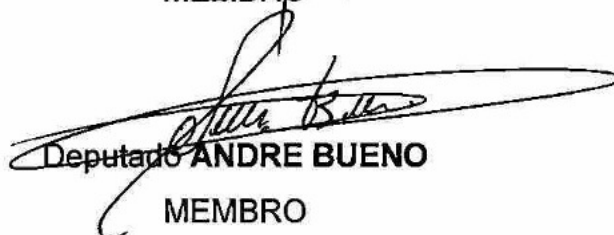
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.817, de 22 de agosto de 1997 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Figueira. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva, sendo necessária a adequação da Lei.


Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar


Exibir Ato

 Página para impressão


Lei 11817 - 22 de Agosto de 1997

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 5073 de 22 de Agosto de 1997**Súmula:** Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE, com sede e foro no município de Figueira.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE, com sede e foro no município de Figueira. **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de agosto de 1997.

Jaime Lerner
Governador do EstadoFani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da FamíliaCOMARCA de Curitiba. 

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 635/2013

Projeto de Lei nº 635/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 11.817/1997.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.817/1997 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 11.817/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" – APAE, com sede e foro no Município de Figueira.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Figueira" para "sede no Município de Figueira, e foro no Município de Curiúva".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

Dep. Paulo Casali
Dep. Tadeu
Dep. Luciano
Dep. Aurélio
Dep. Lauriston

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Traiano
Dep. Tarciso

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
11.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 636/2013

Altera a Lei nº 10.240/1993.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.240, de 8 de janeiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Sapopema e foro no Município de Curiúva.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.240, de 8 de janeiro de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Sapopema. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Sapopema e foro no Município de Curiúva, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 10240 - 8 de Janeiro de 1993

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 3927 de 11 de Janeiro de 1993

Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Sapopema - Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Sapopema - Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 08 de janeiro de 1993.

Roberto Requião
Governador do Estado

José Durval Matos do Amaral
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Comarca de Curitiba

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

topo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 636/2013

Projeto de Lei nº 636/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 10.240/1993.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.240/1993 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.240/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" – A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Sapopema- Paraná.

O projeto pretende modificar a "sede e foro na Cidade de Sapopema- Paraná" para "sede no Município de Sapopema e foro no Município de Curiúva".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

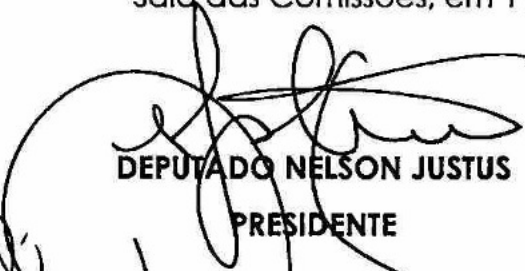
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

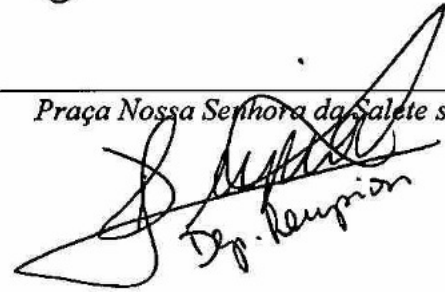
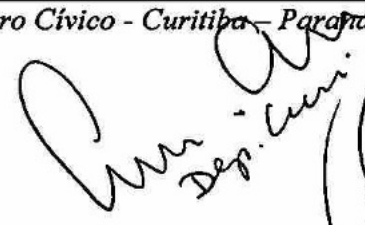

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

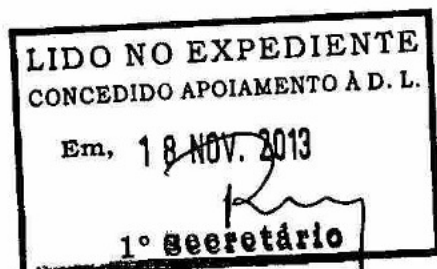

Dep. Traiano
APROVADO
11.12.13




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 637 /2013

Altera a Lei nº 14.385/2004.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14.385, de 12 de maio de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Ampére."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERÇILIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 14.385, de 12 de maio de 2004 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Ampére, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 14385 - 12 de Maio de 2004

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6728 de 13 de Maio de 2004

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de maio de 2004.

Oto Luiz Sponholz
Governador do Estado, em exercício

Roque Zimmermann
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

Rogério Helias Carboni
Chefe da Casa Civil, em exercício

FORO em AMPÉRE

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



DIVERGÊNCIA - SEDE - FORO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 637/2013

Projeto de Lei nº 637/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 14.385/2004.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.385/2004 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 14.385/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Santo Antônio do Sudoeste.

O projeto pretende modificar a "sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Santo Antônio do Sudoeste" para "sede no Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de Ampére".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.




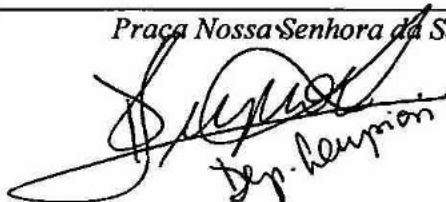
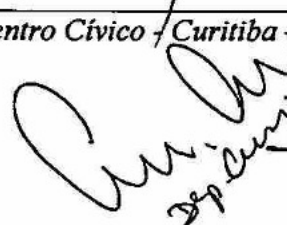

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR







Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11/12/13



PROJETO DE LEI 726/13

Súmula: Institui a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **Da Instituição e Finalidade**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras desta Lei.

§ 1º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, e seu prazo de duração será indeterminado.

§ 2º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná integrará a Administração Pública indireta do Estado do Paraná e vincular-se-á à Secretaria de Estado da Saúde para efeito de supervisão de suas finalidades.

Art. 2º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial, hospitalar, desenvolvimento, pesquisa e tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e insumos, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná.

§ 1º As ações e os serviços de saúde mencionados no *caput* serão desenvolvidos de maneira sistêmica e integrarão uma rede regionalizada e hierarquizada em nível de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

complexidade crescente do SUS do Estado do Paraná, da qual a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná é parte integrante, devendo observar todos seus princípios e diretrizes, com acompanhamento pelo Conselho Estadual de Saúde.

§ 2º É vedado à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná desenvolver atividades de saúde que exijam poder de autoridade do Estado.

Art. 3º A constituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será lavrada por escritura pública, de acordo com o disposto no Código Civil, e efetivar-se-á com o registro de seus atos constitutivos no competente Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba, e para os efeitos notariais e outros, a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se regerá por seu estatuto social, aprovado em reunião de sua instituição.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio e das Receitas

Art. 4º O patrimônio da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será constituído pelos bens móveis e imóveis que adquirir, os que lhe forem transferidos ou doados pelo Estado do Paraná, ou por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado e por pessoas físicas.

§ 1º Só será admitida doação à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná de bens livres e desembaraçados.

§ 2º No caso de extinção da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, que somente se dará por lei, todos os seus bens móveis e imóveis, independentemente de sua forma de aquisição, se por doação, compra ou outra forma de transferência da propriedade, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Paraná, devendo o Conselho Curador se reunir, em seção extraordinária, para tratar do inventário desses bens.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, de imóvel de sua propriedade, descrito na Transcrição nº 4.172 do 3º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba com as seguintes características: terreno medindo 20 metros de frente para a rua Barão do Rio Branco, por 40 metros de fundos.

§ 4º O imóvel referido no parágrafo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 5º Constituem receitas da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná:

I – os recursos provenientes do contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado;

II – os recursos oriundos de convênios, acordos ou contratos celebrados com a Administração Pública e com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, respeitado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo;

III - as doações, legados e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

IV - as resultantes da alienação de bens não essenciais à sua finalidade, autorizada pelo Conselho Curador, observado o disposto no estatuto;

V - as resultantes de aplicações financeiras, na forma da legislação vigente; e

VI - receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades, nelas incluídas receitas por prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º As receitas decorrentes das ações de assistência à saúde ou de qualquer outro serviço próprio às suas finalidades estatutárias serão consideradas como receita própria da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

§ 2º Os serviços de saúde considerados como de acesso universal e gratuitos serão prestados com exclusividade ao Poder Público, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de gestão os quais serão colocados à disposição da população, ficando vedada à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná assumir compromissos com terceiros que violem os princípios do Sistema Único de Saúde, em especial, os da gratuidade da assistência à saúde do cidadão e igualdade de atendimento, vedado qualquer tipo de segmentação do atendimento, ressalvada a exceção prevista no § 3º deste artigo.

§ 3º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá firmar contrato de gestão com o Governo do Estado, para atendimento específico dos integrantes da carreira da Polícia Militar do Paraná e seus dependentes, na forma do art. 2º da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005, observada a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

CAPÍTULO III **Da Direção e Administração**

Art. 6º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá os seguintes órgãos de direção superior e de administração, respectivamente:

I - Conselho Curador;

II - Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná contará, também, com um setor de controle interno, cuja atuação será prevista em seu estatuto.

Art. 7º O Conselho Curador é o órgão superior de direção, controle e fiscalização e constituir-se-á por sete membros titulares, sendo:

I – o Secretário de Estado da Saúde, como membro nato;

II – dois membros indicados pelo Governador;

III – dois membros indicados pelo Secretário de Estado da Saúde;

IV – dois membros representantes dos usuários do SUS, indicados pelo Conselho Estadual de Saúde, que não sejam membros do mesmo.

§ 1º O Conselho Curador será presidido pelo Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º O prazo de investidura dos Conselheiros é de dois anos, facultada a recondução.

§ 3º A cada membro titular corresponderá um suplente indicado pelo mesmo processo previsto no caput deste artigo.

§ 4º O membro do Conselho Curador que perder a condição que ensejou a sua nomeação para o Conselho perderá o seu mandato imediatamente, devendo ser nomeado, na forma desta Lei e do estatuto, novo membro para completar o mandato.

§ 5º É obrigatória a participação da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, a não ser quando não houver convocação.

§ 6º Os membros do Conselho Curador exercerão suas atribuições de forma não remunerada.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 7º Em casos de falecimento, renúncia, destituição ou incompatibilidade de um membro titular, o Conselho Curador empossará o suplente, e solicitará a substituição, no prazo máximo de trinta dias.

Art. 8º O Conselho Curador contará com uma assessoria para auxiliar nas atividades de fiscalização contábil e financeira, e jurídica da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, emitindo análises e pareceres para o Conselho Curador.

Parágrafo único. Os membros assessores deverão possuir capacidade e notório conhecimento da área jurídica, econômico-financeira ou contábil, e suas funções são consideradas de confiança do Conselho Curador, podendo, ainda, serem contratados profissionais por prazo determinado.

Art. 9º A Diretoria Executiva, órgão de direção subordinada ao Conselho Curador e administração superior da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, é constituída dos seguintes membros:

I – um Diretor-Presidente;

II – um Diretor Administrativo;

III - um Diretor Financeiro;

IV – um Diretor Técnico;

V - um Diretor Jurídico.

§ 1º O Diretor-Presidente será nomeado pelo Governador, mediante indicação do Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º Os demais Diretores serão indicados pelo Diretor-Presidente e aprovados pelo Secretário de Estado da Saúde dentre profissionais de notório conhecimento e experiência na área de atuação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

§ 3º A Diretoria Executiva será de livre admissão e demissão pelas respectivas autoridades que os nomearem.

§ 4º A Diretoria Executiva contará com assessores e assistentes de livre admissão e demissão.

§ 5º A Diretoria Executiva será responsável pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o estatuto da Fundação Estatal de Atenção em



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Saúde do Estado do Paraná, com o contrato de gestão e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho Curador.

§ 6º A manutenção de qualquer membro da Diretoria Executiva fica vinculada, obrigatória e comprovadamente, à avaliação de seu desempenho, frente à gestão da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, principalmente no tocante ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas previstas nos contratos de gestão, conforme previsto no estatuto e em atos do Conselho Curador.

§ 7º O Diretor-Presidente definirá dentre os membros da Diretoria Executiva quem o substituirá em suas faltas e impedimentos.

§ 8º O Diretor-Presidente integrará o Conselho Curador como seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta condição, a implantação das decisões e deliberações do órgão.

Art. 10. O Diretor-Presidente representará a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, em juízo ou fora dela, ativa ou passivamente, podendo constituir mandatários ou delegar competência, permitindo, se for o caso, a sub-delegação às autoridades subordinadas.

Art. 11. O estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná disporá sobre sua estrutura, competências dos seus órgãos, as atribuições dos seus dirigentes, substituição dos membros, a periodicidade das reuniões do Conselho Curador e demais aspectos organizacionais da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

Art. 12. O estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será aprovado pelo Conselho Curador devendo as alterações ser registradas no cartório competente, não sendo objeto de alteração as finalidades da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV **Do Regime de Emprego e do Pessoal**

Art. 13. O regime jurídico de pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal do quadro permanente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná far-se-á por meio de concurso público.

§ 2º O quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho Curador definirá a estrutura de empregos e funções, os requisitos de admissão, a remuneração, a organização das carreiras, segundo a formação profissional ou as atribuições funcionais.

§ 3º A rescisão do contrato de trabalho do pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá ocorrer por ato unilateral, em qualquer hipótese motivado, garantido o contraditório.

§ 4º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná organizará o seu quadro de pessoal e seu plano de carreira de acordo com a política interna de desenvolvimento de pessoal.

§ 5º O Conselho Curador decidirá sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira e definirá a política de avaliação e desenvolvimento dos empregados.

§ 6º O concurso público será realizado para preenchimento de postos de trabalho do quadro de pessoal, sempre de acordo com as disponibilidades financeiras e as vagas definidas pelo Conselho Curador.

Art. 14. Os atos do Conselho Curador que gerarem aumentos da despesa de pessoal deverão estar indicados previamente no orçamento anual da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e considerados no Contrato de Gestão.

CAPÍTULO V

Do Contrato de Gestão

Art. 15. O contrato de gestão será firmado entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado, com a finalidade de definir as metas plurianuais e anuais da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, observado o disposto no § 1º do art. 2º desta Lei.

Art. 16. O Contrato de Gestão deverá definir as atribuições, responsabilidades, obrigações, inclusive as orçamentárias e financeiras tanto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná bem como os encargos do Governo do Estado e deverá conter, dentre outras, cláusulas que disponham sobre:

I - atendimento igualitário e equânime aos cidadãos, de forma sempre gratuita;

II - adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

III - obrigatoriedade de apresentação à Secretaria de Estado da Saúde de relatórios anuais de demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do contrato de gestão;

IV - obrigatoriedade de especificar o plano operativo anual proposto pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, estipular as metas a serem atingidas, os respectivos prazos de execução, bem como os critérios de avaliação de desempenho, mediante indicadores de excelência dos serviços e produtividade, dentre outros;

V - estimativa dos recursos e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários à execução dos serviços pactuados, observando o cumprimento das metas durante a vigência do contrato;

VI - penalidades aplicáveis aos contratados, em caso de descumprimento injustificado de metas e obrigações pactuadas;

VII - prestação de serviços assistenciais, que deverá observar o ordenamento do acesso pelo sistema de regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo às necessidades de saúde;

VIII - condições para revisão, renovação e prorrogação do contrato de gestão.

Art. 17. O contrato de gestão terá vigência de, no máximo, cinco anos, podendo ser renovado após esse período, observado o art. 15 desta Lei.

Art. 18. A Secretaria de Estado da Saúde avaliará trimestralmente o cumprimento das metas do contrato de gestão e realizará permanente monitoramento da execução do contrato.

Art. 19. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná apresentará à Secretaria de Estado da Saúde, ao término de cada exercício financeiro, relatório pertinente à execução do contrato, que deverá ser encaminhado ao Conselho Estado da Saúde, cabendo à Secretaria de Estado da Saúde emitir relatórios de avaliação do cumprimento das metas acordadas.

Art. 20. Caberá à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná promover a ampla divulgação, por meios físicos e eletrônicos, dos relatórios sobre a execução dos contratos de gestão, contemplando os demonstrativos orçamentários e financeiros, bem como dos pareceres das instâncias da Secretaria de Estado da Saúde competentes pelo acompanhamento e avaliação, devendo ser encaminhado cópia ao Conselho Estado de Saúde.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização e do Controle

Art. 21. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se sujeitará às normas de fiscalização e controle previstos em seu estatuto e à supervisão da Secretaria de Estado da Saúde, para efeito de cumprimento de seus objetivos estatutários, harmonização de sua atuação com a política estadual de saúde e obtenção de eficiência administrativa.

Art. 22. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado de Saúde deverá submeter suas contas relativas a cada exercício fiscal à apreciação dos órgãos de controle interno do Governo de Estado, ao Conselho Estadual de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO VII

Das Responsabilidades dos Dirigentes

Art. 23. Constitui responsabilidade dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva o fiel cumprimento das cláusulas do contrato de gestão, especialmente no que se refere ao plano operativo.

§ 1º O descumprimento total ou parcial das cláusulas, objetivos e responsabilidades dos dirigentes estabelecidas no contrato, assim como a reiterada insuficiência de desempenho da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná motivará a demissão dos membros da Direção Executiva, conforme disposto no estatuto.

§ 2º Os membros do Conselho Curador, nos casos em que houver indícios de descumprimento total ou parcial das metas e obrigações pactuadas no contrato de gestão ou de insuficiência de desempenho da entidade, deverão levar o assunto à consideração da Secretaria Estado da Saúde para adoção ou indicação das medidas administrativas cabíveis previstas nesta Lei, no estatuto e no contrato de gestão.

Art. 24. Os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva respondem administrativa e civilmente pelos prejuízos que causarem à entidade, quando procederem:

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; e

II - com violação da lei, do estatuto e do contrato de gestão.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 1º Os dirigentes não são responsáveis por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles forem coniventes, se negligenciarem na fiscalização ou se, de tais atos tendo conhecimento, deixarem de agir para impedir a sua prática.

§ 2º Exime-se de responsabilidade o dirigente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do Conselho Curador ou da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VIII **Das Compras e dos Contratos**

Art. 25. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná estará sujeita às normas gerais estabelecidas para as licitações e contratos, podendo elaborar regulamento próprio nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que deverá ser aprovado pelo Conselho Curador e publicado na imprensa oficial.

CAPÍTULO IX **Ensino, Pesquisa e Avaliação de Tecnologias**

Art. 26. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e avaliação de tecnologias de saúde, podendo captar recursos financeiros para fomento e desenvolvimento de pesquisas e da educação permanente em saúde junto ao Poder Público e à iniciativa privada, mediante aprovação do Conselho Curador.

CAPÍTULO X **Disposições Gerais**

Art. 27. Os serviços de saúde prestados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde que passarem a ser executados pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverão ser transferidos mediante contrato de gestão autorizados pelo Governador do Estado.

§ 1º Os servidores estatutários da Administração direta, autarquias e fundações de direito público do Estado do Paraná que estiverem lotados nos serviços transferidos poderão ser formalmente colocados em disposição funcional para a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS-PR, com manutenção do vencimento vigente e gratificações que, por decreto, forem consideradas compatíveis com o exercício na Fundação, ficando ainda garantida a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º O afastamento na forma do § 1º deste artigo não interrompe a contagem do tempo de serviço, considerando-se como efetivo exercício para todos os fins legais.

Art. 28. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá solicitar a disposição funcional de servidores ou a cessão de empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, quaisquer que sejam as atividades a serem exercidas.

§ 1º Os servidores estatutários do Estado da Administração direta, autarquias e fundações de direito público que vierem a ser colocados em disposição funcional para a Fundação, conforme *caput* deste artigo, farão jus à manutenção do vencimento vigente e gratificações que, por decreto, forem consideradas compatíveis com o exercício na Fundação, ficando ainda garantida a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico.

§ 2º O afastamento na forma do § 1º deste artigo não interrompe a contagem do tempo de serviço, considerando-se como efetivo exercício para todos os fins legais.

Art. 29. Na hipótese do § 1º do art. 28 desta Lei, o afastamento do servidor poderá ser efetivado com ônus para a origem, ou com ônus para a origem mediante ressarcimento.

Art. 30. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá designar para funções de direção, chefia e assessoramento o servidor ou empregado público a ela cedido.

Parágrafo único. A contraprestação pecuniária decorrente do exercício da função a que se refere o *caput* deste artigo não se incorporará à remuneração de origem do servidor ou empregado público para qualquer efeito, nem produzirá efeitos de incorporação em proventos ou pensões.

Art. 31. Enquanto não for firmado o primeiro contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Saúde, fica o Poder Executivo autorizado a definir dotação orçamentária para o custeio de suas despesas mensais, mediante plano de aplicação, não caracterizando essa exceção relação de dependência orçamentária da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná em relação ao Estado.

Parágrafo único. Fica estipulado o prazo máximo de cento e oitenta dias para a celebração do primeiro contrato de gestão.

Art. 32. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde de Estado do Paraná não é dependente do orçamento estadual, devendo aprovar seu próprio orçamento, de acordo com os contratos que firmar, em especial, com a Secretaria de Estado da Saúde.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. A Administração deverá tomar as medidas orçamentárias necessárias para as condições e obrigações assumidas nos contratos de gestão firmados com a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná.

Art. 33. A contabilidade da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná submete-se às regras estabelecidas para as empresas estatais, no que couber.

Art. 34. A instalação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o início do exercício de suas competências dar-se-ão a partir do registro no Cartório competente da escritura pública de sua constituição.

Parágrafo único. O Secretário de Estado da Saúde adotará as medidas necessárias para a instituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, no prazo máximo de cento e vinte dias.

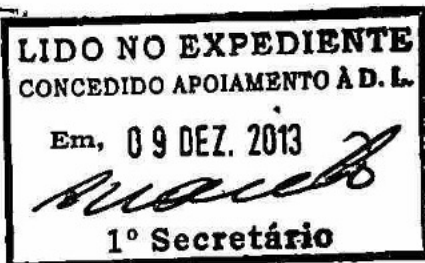
Art. 35. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverá observar, no que couber, as disposições do Título VIII da Lei Estadual nº 8 485, de 03 de junho de 1987.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 05 de dezembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 09/12/2013
Presidente



MENSAGEM
Nº 185/2013

Curitiba, em 05 de dezembro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras que especifica.

O Município de Curitiba, por meio da Lei nº 13.663, de 21 de dezembro de 2010, instituiu a Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba (FEAES-CURITIBA) para desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial especializado, hospitalar, serviço de apoio diagnóstico, ensino e pesquisa, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A mencionada fundação nasceu de proposta de implantação de um modelo de gestão de saúde por meio de mecanismos legais que permitissem maior autonomia, por consequência maior resolutividade, mas sem afastar do controle da Administração Pública sobre serviços essenciais e de relevância como a saúde.

A FEAES-CURITIBA encontra-se em plena atividade com resultados positivos e razoáveis em vista de suas finalidades. Exemplo é a gestão do Hospital do Idoso Zilda Arns, onde em um modelo de gestão compartilhada por meio de Contrato de Gestão viabilizou a contratação de profissionais médicos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho por meio de teste seletivo público, bem como tem auxiliado a suprir demanda nas UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) e no SAMU.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.12.163.852-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Quanto a aceitação do modelo por instituições públicas de controle alheias ao Poder Executivo vale citar o posicionamento do Ministério Público do Estado do Paraná, quando instado a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 005.00179.2010 que culminou na Lei nº 13.663/2012 do município de Curitiba, editou a Recomendação nº 5/10 - PROSAU-PR em que alertou o Legislativo Municipal quanto a participação do controle social opinando pela inconveniência na participação do Conselho Municipal de Saúde no Conselho Curador da Fundação por entender que a proposta fere a independência política e autonomia técnica dos membros do conselho. A recomendação foi atendida por meio de Emenda Substitutiva. Não houve, quanto ao mérito do projeto de lei, manifestação desfavorável pelo Ministério Público do Estado do Paraná. Fato é que o modelo está em pleno funcionamento sem notícia de impugnação quanto a sua constituição e funcionamento.

O precedente legal introduzido pelo Município de Curitiba aponta ser um paradigma razoável a balizar uma proposta de instituição nestes moldes para o âmbito da gestão pública estadual de saúde, especialmente frente a crescente demanda de serviços públicos de saúde, que diante da sua essencialidade e relevância pública, clama sempre por maior resolutividade. Tal pode ser alcançada por meio de um modelo amparado em uma entidade que integra o quadro da Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime próprio das entidades sem fins lucrativos de beneficência social (as filantrópicas) quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 726/2013

Projeto de Lei nº. 726/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 185/13

Institui a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, e dá outras providências.

EMENTA: INSTITUI FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVER E EXECUTAR AÇÕES E SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. COMPETÊNCIA DO GOVERNADOR POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO COM EMENDA SUPRESSIVA.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde, FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas.

A FUNEAS-PARANÁ terá por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial, hospitalar, desenvolvimento, pesquisa e tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



insumos, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a
Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa
do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Ademais, a proposta prevê a criação de uma nova estrutura,
que atuará na área de saúde pública, integrando a administração indireta do
estado e se vinculando à Secretaria de Estado de Saúde.

Diante disso, trata-se de projeto de iniciativa privativa do
Governador, conforme a Constituição Estadual determina em seu art. 66, IV:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta
Constituição, são de iniciativa privativa do
Governador do Estado as leis que disponham
sobre:**

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuição das
Secretarias de Estado e órgãos da Administração
Pública.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Outrossim, deve-se ressaltar que existem serviços públicos que não comportam delegação. Entretanto, esse não é o caso dos serviços de saúde, tendo em vista que o art. 197 da Constituição Federal autoriza, expressamente, que terceiros os prestem. Vejamos:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Por fim, no tocante às normas de técnica legislativa, especialmente com relação àquelas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 95, de 1998, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

Entretanto, para aperfeiçoar a redação da proposição, apresentamos a emenda supressiva anexa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, com a apresentação de emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

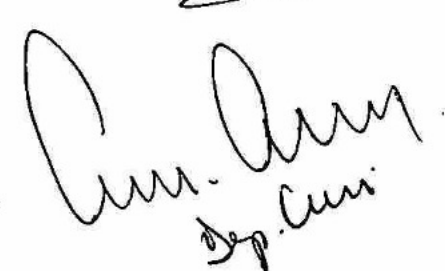

Dep. Siqueira

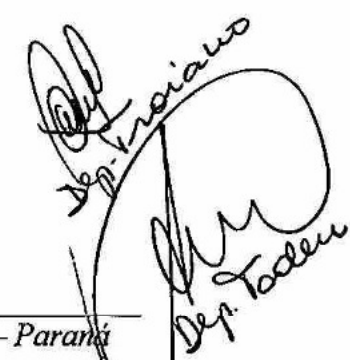

Dep. Tadeu


Dep. Carlos

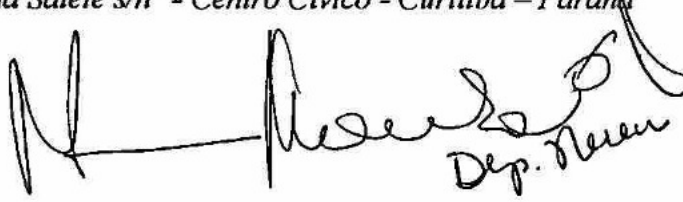

Dep. Siqueira

APROVADO
11.12.13 


Dep. Curi


Dep. Traiano

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Neuen



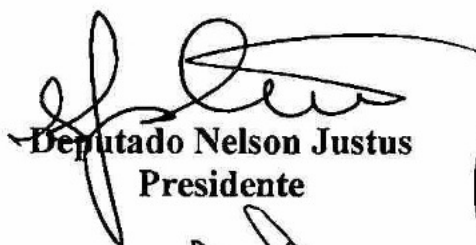
EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI 726/2013

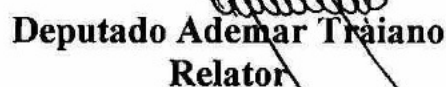
Suprime os §§ 1º e 2º do art.
27 do Projeto de Lei nº
726/2013

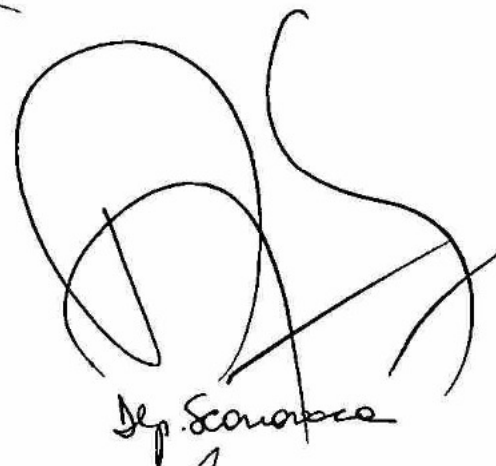
De acordo com o que determina o artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresentamos a presente emenda supressiva:

Art. 1º Ficam suprimidos os §§ 1º e 2º do art. 27 do Projeto de Lei nº 726/2013.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.



Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademair Traiano
Relator

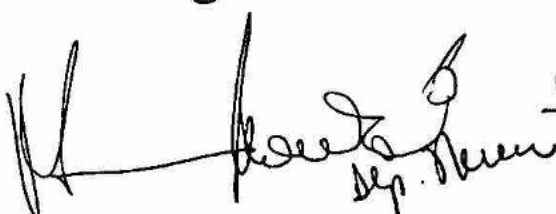

Dep. Scarpone


Dep. Carlos


Dep. Tadini


Dep. Scarpone


Dep. Curi


Dep. Neri

APROVADO
11.12.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

24 FÉV. 2014

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 25 de fevereiro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 726/13 e Projeto de Lei Complementar 022/13, com diminuição de interstício entre as sessões.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 25 de fevereiro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 726/2013 e do Projeto de Lei Complementar 022/2013, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 24 de fevereiro de 2014.

15:30 24/02/2014 0000770 DEB RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ

Handwritten signatures and names of deputies, many with circled numbers indicating their order of signature:

- 19 EVANDRO
- 2 DULCIO
- 3 Alexandre Cori
- 4 ROSE
- 5 Luiz Carlos Martins
- 6 ELIO
- 7 LUPION
- 8 Gilson de Souza
- 9 Adagão
- 10 Bührer
- 11
- 12 Scanavacca
- 13 Jonas
- 14 Acori
- 15 Gier
- 16 André Bueno
- 17 TURINI
- 18 BARRA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 763/13

SÚMULA: Dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, forças tarefas, comissões, correições e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme especifica e adota outras providências.

I - CONCEITOS GERAIS

Art. 1º O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, quando se revelar necessário ao interesse da Justiça e mediante requisição do Corregedor-Geral da Justiça, convocar servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para:

- I – integrar equipes de trabalho destinada a formação de forças tarefas, atividades de treinamento e outras atribuições correlatas, vinculados à Corregedoria-Geral da Justiça.
- II – integrar equipes de reforço às equipes de trabalho tratadas no inciso antecedente, com vistas a reforçar e apoiar as atividades desenvolvidas pelas equipes de trabalho;
- III – atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, na elaboração de normas e manuais de rotinas judiciais em serventias de 1º grau de jurisdição, em projetos na área de sua competência e aptidão, em inspeções e correições, auxiliar as atividades da execução penal e do monitoramento das medidas cautelares penais, as atividades de coleta e monitoramento de dados estatísticos,



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



atuar junto ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC no desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de 1º Grau de Jurisdição, dentre outras atribuições correlatas.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Equipe de trabalho o agrupamento de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, destinado a atuação nas finalidades descritas no inciso I, do artigo 1º desta Lei.

II - Equipe de reforço a equipe adicional de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição que passa a integrar em caráter eventual o funcionamento da equipe de trabalho, com objetivo de prestar-lhe colaboração.

III - Servidor auxiliar o servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição convocado para auxiliar a Corregedor-Geral da Justiça, por período determinado, nas finalidades descritas no inciso III, do artigo 1º desta Lei.

II - DAS EQUIPES DE TRABALHO

Art. 3º O servidor convocado nas hipóteses do artigo 1º, inciso I, comporá equipes de trabalho e permanecerá lotado em Direção de Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, e designado para a ESCOLA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA ESTADUAL DO PARANÁ – ESEJE e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

Art. 4º Serão convocados até o limite de 6 (seis) Analistas Judiciários e 15 (quinze) Técnicos Judiciários para comporem as equipes de trabalho, escolhidos dentre os servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição lotados na Comarca da Região Metropolitana Curitiba.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 5º O servidor será convocado para compor equipes de trabalho por prazo determinado, renovável conforme o interesse da Administração, pelo período máximo de 2 (dois) anos, prorrogável por idêntico período uma única vez.

§ 1º O servidor convocado não fará jus a qualquer gratificação ou função comissionada adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

§ 2º Preferencialmente, a cada 2 (dois) anos, 50% (cinquenta por cento) do contingente de servidores convocados para compor equipes de trabalho serão renovados, de modo a manter o constante rodízio e reciclagem profissional.

III - DA EQUIPE DE REFORÇO

Art. 6º O servidor convocado nas hipóteses do artigo 1º, inciso II, comporá equipes de reforço e continuará lotado na sua unidade de origem, porém ficará designado e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

Parágrafo único. Os servidores convocados para compor as equipes de reforço serão escolhidos, preferencialmente, dentre os servidores da comarca em que a atividade da convocação se realizar ou de comarcas contíguas, em quantidade que se demonstrar necessária, mediante ato fundamentado.

Art. 7º As equipes de reforço são compostas por servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, escolhidos dentre todos os servidores do Judiciário Paranaense, para atuarem por prazo certo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por idêntico período por uma única vez.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 1º O servidor convocado não fará jus a qualquer gratificação adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

§ 2º O servidor que durante o período de convocação estiver percebendo função comissionada de Chefe de Secretaria ou Supervisão continuará percebendo a gratificação correspondente durante o período em que estiver convocado.

IV - DO SERVIDOR AUXILIAR

Art. 8º O servidor convocado na hipótese do artigo 1º, inciso III, atuará como auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça e continuará lotado na sua unidade de origem, porém ficará designado e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

Parágrafo único. Poderão ser convocados até 8 (seis) servidores para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 9º O servidor auxiliar será escolhido dentre os servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, com atuação durante o período máximo de 2 (dois) anos, prorrogável por idêntico período por uma única vez.

Art.10 São requisitos mínimos exigidos do servidor convocado para atuar como servidor auxiliar:

I - Não estar respondendo a processo disciplinar ou ter sido apenado com penalidade disciplinar nos últimos 2 anos.

II - deter conhecimento específico sobre área afeta a serviço do 1º grau de Jurisdição.

III – possuir conhecimento de Gestão Judiciária.

IV - Conhecer e operar os Sistemas Processuais de 1º Grau de Jurisdição.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



V – Ser portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas.

Art.11 Ao servidor convocado na condição de servidor auxiliar será concedida função comissionada de servidor auxiliar com valor fixo mensal.

§ 1º A percepção da gratificação de servidor auxiliar não exclui o direito ao recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

§ 2º O número de funções comissionadas e seus valores são definidos no Anexo desta Lei.

§ 3º Durante o período de concessão da função comissionada de servidor auxiliar cessará o pagamento de função comissionada de Direção de Secretaria ou Supervisão e da indenização de transporte eventualmente concedida ao servidor convocado na forma do caput deste artigo.

V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 As convocações serão regulamentadas por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 13 A forma de atuação e as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores convocados nos termos da presente lei será objeto de regulamentação mediante ato do Corregedor-Geral da Justiça.

Art. 14 O artigo 18 da Lei Estadual nº Lei 17474, de 2 de Janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. É vedada a designação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em função comissionada prevista para o 1º Grau de Jurisdição, bem como de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná para qualquer função comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça;



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



salvo no caso específico do servidor auxiliar convocado para atuar na Corregedoria-Geral da Justiça, nas hipóteses definidas em lei.

Art. 15 O Anexo II da Lei Estadual nº Lei 17.474, de 2 de Janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido, ao final de sua última linha, com a redação abaixo:

Servidor Auxiliar	FC-06	Auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, na elaboração de normas e manuais de rotinas judiciais em serventias de 1º grau de jurisdição, em projetos na área de sua competência e aptidão, em inspeções e correições, auxiliar as atividades da execução penal e do monitoramento das medidas cautelares penais, as atividades de coleta e monitoramento de dados estatísticos, atuar junto ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC no desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de 1º Grau de Jurisdição, dentre outras atribuições correlatas.	Exclusivamente por servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição de Técnico Judiciário ou Analista Judiciário	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas	8
-------------------	-------	---	---	---	---

Art. 16 As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

A Corregedoria-Geral da Justiça desempenha importante papel no aprimoramento do Poder Judiciário. Através da constante inspeção dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial do Estado do Paraná (art. 14¹ do CODJ/PR), a Corregedoria conhece das dificuldades e irregularidades enfrentadas nas Comarcas ou Foros e, com o auxílio da douta Presidência do Tribunal de Justiça, propõe medidas para saná-las.

Sabidamente, a função correicional não se presta a unicamente aplicar penalidades aos Magistrados e servidores, mas também orientar as atividades desenvolvidas em primeiro grau de jurisdição e, constantemente, buscar meios para tornar mais célere e eficiente a prestação jurisdicional.

Denota-se daí a relevância da atividade correicional para, em um primeiro momento, descobrir rapidamente as falhas nos serviços de primeiro grau de jurisdição e, em um segundo momento, propor ações para corrigi-las, que podem implicar, a exemplo, na simples, porém constante revisão das normativas expedidas pela Administração ou na adoção de medidas efetivas e concretas, como mutirões e forças tarefas.

Os dados coletados pela Corregedoria-Geral da Justiça têm demonstrado haver em algumas unidades de 1º grau um excessivo número de processos represados, mas sem que haja número de feitos distribuídos mês a mês em volume suficiente a justificar a criação de nova vara ou desmembramento de determinada matéria para uma nova unidade.

As causas do retardamento na prolação de sentenças podem decorrer de diversos fatores, tais quais (i) a falta de juiz que titularize determinada vara por longo tempo; (ii) o acréscimo da distribuição por fatores meramente sazonais (em decorrência de planos econômicos, catástrofes naturais), dentre outras causas.

Em tais casos, e diante da urgência com que determinadas medidas devem ser adotadas, a proposta mais eficiente e econômica consiste em alocar mão de obra de Magistrados e Servidores em caráter excepcional e temporário, com o intuito de aplicar esforços concentrados na diminuição do acervo processual em trâmite. Há também casos em que não é necessário o deslocamento, porque o que se observa é a paralisação de processos conclusos para sentença por prazos excessivos.

¹ "Art. 14. A Corregedoria-Geral da Justiça, que tem como incumbência a inspeção permanente dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial, terá sua competência e atribuições estabelecidas no Regimento Interno."



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Destarte, para dar cumprimento ao princípio constitucional que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, "a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (art. 5º, LXXVIII da CF/88), torna-se necessário que equipe de magistrados possam receber os processos em atraso, sejam físicos ou virtuais, e sentenciá-los, sem que seja necessário o deslocamento de equipes, resultando em maior eficiência e economicidade.

Atento a esta realidade, mediante a Resolução nº 21/2007, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por seu Órgão Especial, já possibilitava ao Presidente do Tribunal de Justiça a faculdade de designar, no mínimo, seis (06) Juizes de Direito Substitutos da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para atuarem com exclusividade e jurisdição plena nos feitos que lhes fossem atribuídos pela Corregedoria-Geral de Justiça e que não estivessem enquadrados no art. 132 do CPC.

Todavia, era necessário disciplinar por meio de lei os aspectos gerais dessas convocações, para que casos de desvio de função ou atribuições fossem evitados, bem como diante da necessidade de criação, em determinado caso, de gratificação específica a estimular e incentivar o **servidor auxiliar** a incentivados a aprimorar seu desempenho em prol do Poder Judiciário.

Diante deste panorama, o escopo deste Anteprojeto de Lei é otimizar a atividade correicional, de modo a permitir a convocação de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrarem **equipe de trabalho, equipe de reforço** e atuarem na condição de **servidor auxiliar** para prestarem auxílio ao Corregedor-Geral da Justiça.

1. EXPERIÊNCIA

O fator determinante que leva a Corregedoria-Geral da Justiça a optar pela convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para auxiliá-la na realização de inspeções virtuais, forças-tarefas, comissões e grupos de trabalho, é sua experiência, pois, os servidores referidos, efetivamente, são a ligação entre a Administração do Tribunal de Justiça e o jurisdicionado.

Inúmeros servidores de primeiro grau de jurisdição (escrivães, técnicos de secretaria, analistas judiciários, técnicos judiciários, entre outros) adquiriram, ao longo dos anos e árduo trabalho, vasta experiência na rotina cartorária e na utilização dos sistemas informatizados (diversos



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



daqueles utilizados pela Administração do Tribunal de Justiça), cujos conhecimentos se revelam úteis à Corregedoria-Geral da Justiça.

Com efeito, aqueles servidores que atuam diariamente na Escrivania / Secretaria, e que se destacam por sua presteza e organização, podem contribuir com sua experiência diária, sugerindo melhorias no Código de Normas, nos sistemas informatizados adotados pelo Tribunal de Justiça, bem como, podem auxiliar em inspeções, correções e forças-tarefas em outras unidades jurisdicionais.

Além de ser possível que esses servidores integrem **equipe de trabalho** e **equipe de reforço**, o presente Anteprojeto prevê a figura do **servidor auxiliar**, que atuará com exclusividade perante a Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, elaboração de normas, projetos na área de sua competência e aptidão, manuais operacionais, dentre outras atribuições correlatas e contribuirá com a sua experiência e conhecimento para o aprimoramento da Gestão Cartorial e dos Sistemas Processuais de 1º Grau de Jurisdição.

2. ESTÍMULO

Com a consecução deste projeto, almeja-se estimular os servidores do quadro de pessoal do 1º Grau de Jurisdição, eis que, ante a possibilidade de os melhores servidores serem convocados para auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça, com o recebimento da respectiva gratificação, espera-se que se sintam valorizados e incentivados a aprimorar seu desempenho em prol do Poder Judiciário.

Por esse motivo o artigos 14 do presente Anteprojeto propõe a alteração do artigo 18 da Lei Estadual nº Lei 17474, de 2 de Janeiro de 2013, para criar 08 "funções comissionadas de **servidor auxiliar**"; e o art. 15 a inserção, ao ANEXO II ("FUNÇÕES COMISSIONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ") de referida lei, de uma última linha, com a redação abaixo:

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	SIMBOLOGIA	ATRIBUIÇÕES	CARGOS COMPATÍVEIS	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
		Auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, na elaboração de			



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Servidor Auxiliar	FC-06	normas e manuais de rotinas judiciais em serventias de 1º grau de jurisdição, em projetos na área de sua competência e aptidão, em inspeções e correições, auxiliar as atividades da execução penal e do monitoramento das medidas cautelares penais, as atividades de coleta e monitoramento de dados estatísticos, atuar junto ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC no desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de 1º Grau de Jurisdição, dentre outras atribuições correlatas.	Exclusivamente por servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição de Técnico Judiciário ou Analista Judiciário	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas	8
----------------------	-------	---	---	---	---

3. SIMETRIA

A proposta de convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça teve como inspiração a possibilidade de o Presidente designar Juiz de Direito para auxiliar os trabalhos da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, prevista no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (art. 14², inc. XVII e parágrafo único).

² **Art. 14.** São atribuições do Presidente:

[...]

XVII. designar:

a) Juízes para as Comarcas ou Varas em regime de exceção, ou para atenderem mutirões ou substituições, com delimitação das respectivas competências, bem como nos casos de impedimento ou suspeição em que não estiver preenchido o cargo de substituto ou se este também se declarar suspeito ou impedido;

b) Juízes auxiliares da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça;

c) Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau para substituir Desembargador;

d) Desembargador para substituir membro titular do Órgão Especial em férias ou em licença;

e) Juiz de Direito para exercer a Direção do Fórum das Comarcas de entrância final;

[...]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Como é sabido, a Corregedoria-Geral da Justiça e a Corregedoria dispõem atualmente de oito (08) magistrados designados para o desempenho da atividade correicional.

Esses magistrados convocados, sob a supervisão do Corregedor-Geral da Justiça e/ou do Corregedor da Justiça, realizam correições e inspeções nas unidades judiciárias do Estado, bem como nos magistrados e servidores que atuam nas respectivas escritanias/secretarias. É a experiência desses magistrados convocados que aprimora, enriquece e oxigena a atividade de seus pares.

Em simetria, a Corregedoria-Geral da Justiça busca trazer esse modelo de atividade correicional realizada nos magistrados que atuam em primeiro grau de jurisdição para o plano de correições e inspeções dos servidores de primeiro grau de jurisdição. Assim, os servidores convocados, destacados pelo notável conhecimento em processo eletrônico e prática cartorária e segundo a área de atuação, irão compor a assessoria correicional, por período de tempo determinado, sendo supervisionados pelos Juízes Auxiliares e pelo Corregedor-Geral da Justiça.

4. ECONOMIA

É digno de destaque que a presente proposta trará economia ao Poder Judiciário.

A atual organização judiciária do Estado do Paraná³ aponta 80 (oitenta) comarcas de entrância inicial, 45 (quarenta e cinco) comarcas de entrância intermediária e 18 (dezoito) comarcas de entrância final, sendo 3 (três) delas regiões metropolitanas compostas por 20 (vinte) foros, totalizando 160 (cento e sessenta) Comarcas ou Foros.

Como se denota do art. 18⁴ do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, para a visita mínima exigida anualmente e, considerando a média

Parágrafo único. *A designação de Juiz de Direito da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para auxiliar os trabalhos da cúpula diretiva do Tribunal, de que trata o inciso XVII, alínea b, deste artigo, dar-se-á mediante indicação do dirigente, pelo prazo do respectivo mandato, permitida uma prorrogação, com a seguinte limitação:*

I. dois Juizes para auxílio à Presidência;

II. um Juiz para auxílio a cada Vice-Presidência;

III. oito Juizes para auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça e à Corregedoria. (Redação dada pela Resolução nº 08/2012 do Tribunal Pleno - e-DJ de 14/05/2012)."

³ Anexo I do Código de Organização e Divisão Judiciárias.

⁴ **Art. 18.** *Anualmente, o Corregedor-Geral da Justiça visitará, obrigatoriamente, pelo menos sessenta Comarcas ou Varas em correição geral ordinária, sem prejuízo das correições extraordinárias gerais ou parciais e das inspeções correicionais que entenda*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

anual de 230 dias úteis⁵, deveria ocorrer uma correção ao menos a cada 03 (três) dias. Fatores como outras inúmeras atribuições da Corregedoria (art. 21 do RITJPR), bem como o grau de dificuldade em algumas correções em razão do elevado número de serventias a serem inspecionadas, tornam a atividade correicional ainda mais árdua.

Para se alcançar a meta legalmente posta, seria necessário criar, aproximadamente, mais trinta (30) cargos de assessores correicionais, os quais são em comissão de livre provimento, de simbologia DAS-5, cuja remuneração básica é de R\$ 4.936,03⁶.

Na presente proposta, os servidores convocados para compor **Equipe de trabalho e Equipe de reforço** não farão jus a qualquer gratificação adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias, como diárias. Mas para estimular a colaboração - e no caso específico dos servidores convocados para atuar nas equipes de reforço por 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período -, previu-se que durante o período de convocação, o servidor que estiver percebendo função comissionada de Chefia de Secretaria ou Supervisão; continuará percebendo a gratificação correspondente durante o período da convocação.

Essa economia ainda é perceptível no caso de convocação de servidor para integrar força-tarefa destinada a regularizar determinada unidade judicial que muitas vezes se encontra obstruída em razão de desorganização cartorária. De fato, nessas situações a providência atualmente buscada se resume na designação de mais servidores para a unidade obstruída, circunstância que não é a recomendável, já que não é o *déficit* de servidores o problema principal e sim a desorganização da escrivania/secretaria.

Assim, identificada a situação acima narrada, ao invés do Tribunal de Justiça expender recursos com a designação de servidores efetivos, cuja menor remuneração básica - do Técnico Judiciário - corresponde a R\$ 3.862,72⁷, despenderá apenas as diárias correspondentes ao período de duração da atividade, ou seja, de forma transitória.

Como consequência, evitar-se-ão unidades judiciais com inúmeros servidores, por vezes desnecessários, priorizando-se a reestruturação da metodologia cartorária, à semelhança do que faz o Conselho Nacional de

fazer, ou haja de realizar por determinação do Órgão Especial ou do Conselho da Magistratura.

Parágrafo único. Serão feitas anualmente em Varas das Comarcas de entrância final, inclusive na da Região Metropolitana de Curitiba, pelo menos dez inspeções correicionais."

⁵ No cômputo foi subtraído o período médio de recesso (20 dias).

⁶ Conforme Anexo da Lei Estadual nº 17.250/2012.

⁷ Conforme PL 639/2012.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Justiça, através do "Projeto Eficiência", que, exemplificativamente na Comarca de Maringá, executou os seguintes procedimentos⁸:

- *organização cartorária;*
- *formação de método de divisão de tarefas equilibrado e uniforme;*
- *padronização de procedimentos operacionais;*
- *avaliação dos resultados e produtividade.*

É imperioso, portanto, que a Corregedoria disponha de meios materiais para, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça, formar forças-tarefas para regularização e orientação das unidades judiciárias.

Outra forma de atuação de servidores convocados é aquela prevista no inciso III, do artigo 1º, ou seja, a de **servidor auxiliar**. Para estimular o **servidor auxiliar**, criam-se (08) oito funções comissionadas de **servidor auxiliar, simbologia FC-06**, que segundo os atuais paradigmas remuneratórios previstos no ANEXO III da Lei Estadual nº Lei 17474, de 2 de Janeiro de 2013, com os valores estabelecidos pelo Anexo III da Lei 17584 de 04 de Junho de 2013, correspondem ao valor de R\$ 1.437,00 (hum mil quatrocentos e trinta e sete reais), simétricas às gratificações de função existentes no 2º Grau de Jurisdição para tarefas assemelhadas.

Para que não se institucionalizem desvios de lotação, tendo em vista que o § 2º do artigo 14 da Lei Estadual nº 16.024/2008 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ) veda a nomeação para cargo de provimento em comissão e a lotação no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, dos ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição; os servidores convocados, em todas as modalidades de convocação de que trata este Anteprojeto permanecerão lotados nas unidades de origem, porém designados e subordinados ao Corregedor-Geral da Justiça.

As convocações dar-se-ão por ato do Presidente do Tribunal de Justiça (art.1º) e serão por ele regulamentadas (Art.12).

O artigo Art. 3º da Resolução nº 21/2007 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dispõe:

Art. 3º - O Corregedor-Geral da Justiça regulamentará, mediante provimento, a forma de atuação dos magistrados e servidores designados.

⁸ Artigo 1º da Portaria nº 40/2012 do CNJ.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 1º - A participação dos magistrados e servidores nos regimes de mutirão disciplinados pela Corregedoria-Geral será anotada em seu histórico funcional.

§ 2º - Os bacharéis em direito designados para auxílio aos juízes terão reconhecido o tempo de atuação para os fins do art. 93, inc. I, da Constituição Federal.

Por essa razão que o artigo 13 do Anteprojeto estabeleceu que "A forma de atuação e as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores convocados nos termos da presente lei será objeto de regulamentação mediante ato do Corregedor-Geral da Justiça".

5. METAS

A Corregedoria-Geral da Justiça, além das Metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça para as Corregedorias, sobretudo a Meta nº 06⁹, estipulou para a atual gestão (2013-2014) dezesseis (16) Metas, todas voltadas para o primeiro grau de jurisdição, que são detalhadas no documento que segue essa justificativa.

Além dessas metas, na área de informática, a Corregedoria-Geral da Justiça pretende realizar, dentre outros, os seguintes projetos, que necessitam de auxílio de servidores do quadro de pessoal do 1º Grau de Jurisdição, pelas razões outrora expostas:

PROJETO	Sistema de Correções e Inspeções
OBJETIVO	- Desenvolvimento de sistema que permita à Corregedoria a realização de correções e inspeções, gerando relatório estatístico que compile as informações de processos físicos e eletrônicos. - Desenvolvimento de sistema de inspeção ao magistrado, gerando relatório estatístico da secretaria que compile as informações de processos físicos e eletrônicos.

PROJETO	Alvarás Eletrônicos
OBJETIVO	- Desenvolvimento da ferramenta de Alvará Eletrônico em parceria com a Caixa Econômica Federal

⁹ Meta 6 - Realizar, anualmente, correção em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem.

Realizar, anualmente, independente de norma interna, inspeções ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou remotas, em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, com entrega de relatório conclusivo em até 30 dias após o término da inspeção. Cada comarca deverá ser correccionada ao menos a cada 2 (dois) anos.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO	PROJUDI Execução Penal
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Implantação do Sistema PROJUDI na área de Execução Penal- Desenvolvimento do Sistema com fluxos automatizados- Desenvolvimento de módulo de controle de penas alternativas- Desenvolvimento de controle biométrico- Criação de perfis para entidades que controlem o cumprimento de penas alternativas

PROJETO	PROJUDI Criminal
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento do Inquérito Eletrônico- Desenvolvimento do Sistema com fluxos automatizados- Melhorias nos controles de réu preso e prescrição- Desenvolvimento do controle de Fiança- Desenvolvimento de módulo de recolhimento de armas de fogo- Melhoria no controle de bens apreendidos- Melhoria no módulo de sentença- Remessa eletrônica de laudos- Criação da área de competência do Júri- Criação dos incidentes processuais- Integração com o CNJ- Integração do E-Mandado e Alvará Eletrônico ao PROJUDI- Requisição Eletrônica de Presos- Requisição Eletrônica de Policiais

PROJETO	PROJUDI Plantão Judiciário
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento de área relativa ao Plantão Judiciário

PROJETO	Videoconferência
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Instalação das salas de videoconferência

PROJETO	Sistema de Guias
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Controle de todas as guias emitidas, com integração ao PROJUDI

PROJETO	Digitalização de Processos Físicos
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Alocação de equipamentos para as Varas de Execução Penal para digitalização do acervo

PROJETO	Sistema de Gravação de Depoimentos
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento do sistema para evitar gravação e remessa de CD-Rom

PROJETO	Conselho da Comunidade / Patronato
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento de perfil que permita o controle de penas alternativas- Desenvolvimento de sistema para prestação de contas



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO	Cadastro de Síndicos / Peritos / Leiloeiros
OBJETIVO	- Desenvolvimento de sistema que condense informações de processos físicos e virtuais

PROJETO	Jurado Voluntário
OBJETIVO	- Finalização do projeto de jurado voluntário

PROJETO	Leilão eletrônico
OBJETIVO	- Desenvolvimento de sistema para viabilizar leilão eletrônico nos processos de execução e de cumprimento de sentença, na forma do Código de Normas e artigo 689-A do Código de Processo Civil

PROJETO	AR Digital
OBJETIVO	- Agilizar o trâmite de envio de correspondências com a implementação do AR Digital dos Correios

PROJETO	Perfil do Notário / Registrador no PROJUDI
OBJETIVO	- Criação de perfil para os agentes delegados, para que ajuízem ações e recebam comunicações diretamente pelo sistema PROJUDI

PROJETO	Distribuição Automática pelo PROJUDI
OBJETIVO	- Implantação de Distribuição Automática pelo PROJUDI em todas as Comarcas e áreas de competência

Para que todas essas Metas sejam alcançadas de forma satisfatória, bem como se possam desenvolver os inúmeros projetos e ações da Corregedoria-Geral, é imprescindível o auxílio imediato de servidores convocados de primeiro grau de jurisdição.

A presente proposta foi objeto de aprovação pelo colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 09 de dezembro de 2013.

Registre-se que os custos do presente projeto são estimados em aproximadamente R\$ 12.500 (doze mil e quinhentos reais) para o exercício de 2013, R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2013, a despesa de pessoal situou-se em 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 11 de dezembro de 2013.
Of. nº 1.410/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 11/12/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 11 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para integrar comissões e grupos de trabalho, bem como auxiliar em forças-tarefas, correições e inspeções, visando otimizar os trabalhos da Corregedoria-Geral da Justiça, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre a convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para integrar comissões e grupos de trabalho, bem como auxiliar em forças-tarefas, correições e inspeções, visando otimizar os trabalhos da Corregedoria-Geral da Justiça, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 11 de dezembro de 2013.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 763/2013

Projeto de Lei nº. 763/13
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, força tarefas, comissões, correções e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme específica e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATIVIDADE ESPECÍFICA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. LEI ESTADUAL N.17.474/2013. COMPATIBILIDADE ART. 27, X DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado, tem objetivo de possibilitar a utilização de servidores de 1º grau em atividades extraordinárias como força tarefas, comissões, correções e inspeções, assim como para atuar como Servidores auxiliares na Corregedoria-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça. Analisando o conteúdo material do projeto apresentado, nota-se que não existe óbice legal para o prosseguimento do feito, nem tampouco qualquer vício de constitucionalidade que enseje sua rejeição.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

"Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. "

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. "

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição." (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, nesta esteira, por se tratar de projeto de lei onde se pretende organizar a estrutura administrativa interna do Tribunal de Justiça, afere-se a constitucionalidade do mesmo:

Art. 96. Compete privativamente:
(...)
II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo, respectivo, observado o disposto no art. 169:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(...)
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;" (Grifos Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

"Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;"

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. ALEXANDRE CURI
Relator

APROVADO

16.12.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 763/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.410/2013, que dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, forças tarefas, comissões, correições e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme especifica.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua Constitucionalidade, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65 e 101, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa e a competência privativa de leis dessa natureza. Ainda a Constituição Federal em seu art. 96, assegura ao Tribunal de Justiça a competência privativa para matérias dessa natureza.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Assevera o autor, que os custos do presente projeto são estimados em aproximadamente R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para o exercício de 2013, R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Encontra-se anexo à Proposta a declaração do ordenador de despesas, Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que a Proposta apresenta adequação com a Lei Orçamentária para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei, estão em conformidade com aos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal)

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto de Lei nº 763/2013, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19/02/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR

DER. WILSON

Paulo
DER. ACIOLI

DER. ENIO



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 801/13

SÚMULA: Altera a redação do artigo 82 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, conforme especifica.

Art. 1º. Fica alterado o artigo 82 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. Além do subsídio mensal, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo para despesas com transporte e mudança, cursos e seminários de aperfeiçoamento e estudos;

II - diárias;

III - representação;

IV - auxílio-moradia;

V - décimo terceiro salário;

VI - gratificação de férias;

VII - gratificação de direção de Fórum; e

VIII - gratificação por tempo de serviço".

Art. 2º. Está lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

Trata-se de anteprojeto de lei que dispõe sobre a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Este anteprojeto de lei propõe a adequação da Lei Estadual nº 14.277/2003 à Lei Complementar nº 35/79 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional - que prevê, em seu art. 65, inciso II, a ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial. A mencionada norma legal tem o seguinte teor:

"Art. 65 - Além dos vencimentos, poderão ser outorgados, aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança;

II - ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado."

Como se observa do contido na norma legal antes transcrita, é lícito ao Tribunal de Justiça dar início a processo legislativo para alterar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - Lei Estadual nº 14.277/2003, a fim de que, compatibilizando-o com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, seja incluído no rol de vantagens dos magistrados, previstos no art. 82 do CODJ, o auxílio-moradia, cujo pagamento dependerá de posterior regulamentação a ser editada pelo próprio Tribunal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A medida busca, também, a simetria entre o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual, vez que a Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná prevê no artigo 141, inciso IV, o auxílio moradia como uma das vantagens de seus Membros, nos seguintes termos:

“Art. 141. Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens:

I - ...

IV – auxílio-moradia, nas comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público.”

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 25 de novembro de 2013.

Em razão da aludida alteração não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a respectiva declaração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Lei Orgânica

do Ministério Público do Estado do Paraná

Lei Complementar Estadual nº 85,
de 27 de dezembro de 1999



OUTUBRO, 2008

Voltar	Anexos	Índice Remissivo	Baixar versão PDF
------------------------	------------------------	----------------------------------	-----------------------------------

SUMÁRIO

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	(art. 1º - art. 84)
CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS	(art. 1º - art. 5º)
CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	(art. 6º - art. 8º)
Seção I - Dos Órgãos de Administração	(art. 6º)
Seção II - Dos Órgãos de Execução	(art. 7º)
Seção III - Dos Órgãos Auxiliares	(art. 8º)
CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	(art. 9º - art. 56)
Seção I - Da Procuradoria-Geral de Justiça	(art. 9º - art. 22)
Seção II - Do Colégio de Procuradores de Justiça	(art. 23 - art. 27)
Seção III - Do Conselho Superior do Ministério Público	(art. 28 - art. 33)
Seção IV - Da Corregedoria-Geral do Ministério Público	(art. 34 - art. 38)
Seção V - Das Procuradorias de Justiça	(art. 39 - art. 47)
Seção VI - Das Promotorias de Justiça	(art. 48 - art. 56)
CAPÍTULO IV - DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	(art. 57 - art. 70)
Seção I - Das Funções Gerais	(art. 57 - art. 60)
Seção II - Do Procurador-Geral de Justiça	(art. 61)
Seção III - Do Conselho Superior do Ministério Público	(art. 62)
Seção IV - Dos Procuradores de Justiça	(art. 63 - art. 66)
Seção V - Dos Promotores de Justiça	(art. 67 - art. 70)

Seção IV
Do Subsídio e Vantagens Legais



Art. 140. O subsídio dos membros do Ministério Público será fixado com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância ou categoria.

§ 1º. Para efeito de fixação de subsídio, o Promotor Substituto é considerado de categoria imediatamente inferior a do Promotor de Justiça de entrância inicial.

§ 2º. O subsídio dos Promotores de Justiça Substitutos de Segundo Grau serão equivalentes àqueles percebidos pelo membro do Ministério Público em exercício de funções de Segunda Instância.

§ 3º. O membro do Ministério Público, convocado ou designado para substituição, terá direito à diferença de subsídio entre o seu cargo e o que ocupar.

Art. 141. Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens:

I - ajuda de custo, em casos de promoção ou remoção, salvo no caso de remoção por permuta, que importe em mudança de domicílio, até o limite correspondente a um mês de subsídio do cargo, considerado, na primeira hipótese, o cargo anterior;

II - diárias, por serviço eventual fora da sede, de valor equivalente a um trinta avos do subsídio, para atender às despesas de locomoção, alimentação e pousada;

III - salário-família, conforme dispuser a lei;

IV - auxílio-moradia, nas comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público;

V - gratificação adicional de férias, correspondente a pelo menos um terço do subsídio do respectivo período de gozo, a ser paga junto com o subsídio do mês anterior.

§ 1º. O Procurador-Geral de Justiça arbitrará os valores das vantagens previstas nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º. A diária será paga em dobro quando se tratar de deslocamento para fora do Estado.

§ 3º. As diárias serão limitadas ao máximo de dez por mês, salvo determinação do Procurador-Geral de Justiça.

VI - gratificação de direção, correspondente a dez por cento do subsídio do respectivo cargo, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional**, e ao Corregedor-Geral do Ministério Público; ~~e, correspondente a cinco por cento do subsídio do respectivo cargo, ao Subcorregedor-Geral do Ministério Público e ao Diretor-Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça;~~ **(Lei complementar nº 122, de 28/07/2008), (Lei complementar nº 105, de 16/12/2004), (ADI/MC 3220-8)**

VII- gratificação de assessoramento superior, correspondente a dez por cento, do subsídio do respectivo cargo, aos Promotores de Justiça em exercício de funções de assessoria do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Art. 142. Ao cônjuge sobrevivente e, em sua falta, aos herdeiros ou dependentes de membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral, em importância igual a um mês de subsídio ou proventos percebidos pelo falecido.

§ 1º. Na falta das pessoas enumeradas, quem houver custeado o funeral do membro do Ministério Público será ressarcido da despesa efetuada, até o montante a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º. A despesa correrá pela dotação própria do cargo e o pagamento será efetuado pela repartição pagadora, mediante a apresentação da certidão de óbito e, no caso do parágrafo anterior, dos comprovantes de despesa.

Art. 143. Aplicam-se aos membros do Ministério Público os direitos sociais previstos no art. 7º, incisos XVIII e XIX, da Constituição Federal, e as demais vantagens, de caráter geral, atribuídas ao funcionalismo civil do Estado.

Seção V
Da Aposentadoria e da Pensão

LEI 14277 - 30 DE DEZEMBRO DE 2003

Publicado no Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

Súmula: Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

**TÍTULO IX
VENCIMENTOS, REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO,
DIÁRIAS E AUXÍLIO FUNERAL**

**TÍTULO IX
SUBSÍDIO, REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO,
DIÁRIAS E AUXÍLIO FUNERAL**

**CAPÍTULO I
VENCIMENTOS, REPRESENTAÇÕES E GRATIFICAÇÕES
CAPÍTULO I
SUBSÍDIO, REPRESENTAÇÕES E GRATIFICAÇÕES**

Art. 82. Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

Art. 82. Além do subsídio mensal, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo para despesas com transporte e mudança, cursos e seminários de aperfeiçoamento e estudos;

II - diárias;

III - representação;

IV - gratificação por tempo de serviço;

V - décimo terceiro salário;

VI - gratificação de férias; e

VII - gratificação de direção de Fórum.

TÍTULO IX
VENCIMENTOS, REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, DIÁRIAS E
AUXÍLIO FUNERAL

TÍTULO IX
SUBSÍDIO, REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, DIÁRIAS E
AUXÍLIO FUNERAL

CAPÍTULO I
VENCIMENTOS, REPRESENTAÇÕES E GRATIFICAÇÕES
CAPÍTULO I
SUBSÍDIO, REPRESENTAÇÕES E GRATIFICAÇÕES

Art. 82. Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

Art. 82. Além do subsídio mensal, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo para despesas com transporte e mudança, cursos e seminários de aperfeiçoamento e estudos;

II - diárias;

III - representação;

IV - gratificação por tempo de serviço;

V - décimo terceiro salário;

VI - gratificação de férias; e

VII - gratificação de direção de Fórum.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 27 de novembro de 2013.
Of. nº 1.254/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 18/12/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO ADIAMENTO A D. L.

Em, 18 DEZ, 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de altera a redação do artigo 82 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, conforme especifica.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 801/2013

Projeto de Lei nº. 801/2013
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a redação do artigo 82 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, conforme especifica.

EMENTA: ALTERA O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA. LEI 14.277/2003. POSSIBILIDADE. AUXÍLIO MORADIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado tem o objetivo de alterar a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias - a fim de que a ajuda de custo, para moradia, seja incluída no rol de vantagens dos magistrados, previstos no artigo 82 do referido Código de Organização, cujo pagamento dependerá de posterior regulamentação a ser editada pelo próprio TJ-PR.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

VISTA EM 11/10/2014

Dep. Todinei Veneri

ccj



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, bem como a criação, extinção e remuneração de cargos que lhe forem vinculados, conforme segue:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Ainda, importante observar que o presente projeto visa adequar a Lei Estadual nº 14.277/2003 à Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN) Lei Orgânica da Magistratura Nacional – que prevê em seu artigo 65, inciso II, a ajuda de custo, para moradia, nas localidades onde não houver residência oficial, conforme segue:

Art. 65 – Além dos vencimentos, poderão ser outorgados, aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

(...)

II – ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado.

Ademais, o artigo supracitado da LOMAN é de exaustiva densidade normativa, não deixando margem a dúvidas ou questionamentos de que é obrigação do Estado disponibilizar residência oficial ao magistrado (prestação in natura ou em espécie) ou de ressarcir-lo, na falta de imóvel para tanto, com o pagamento de ajuda de custo para moradia (prestação em pecúnia).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Há de se destacar que o próprio **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ao editar **resolução (13/2006)** regulando a aplicação do teto remuneratório e do subsídio da magistratura, reconhece, expressamente, o auxílio-moradia como parcela devida aos membros do Poder Judiciário, de **caráter indenizatório e excluída do teto constitucional**, nos seguintes termos:

Art. 8º Ficam excluídas da incidência do teto remuneratório constitucional as seguintes verbas: I de caráter indenizatório, previstas em lei:

b) auxílio-moradia;

Hoje, a ajuda de custo para moradia, em pecúnia (ressarcimento), é paga no âmbito de 11 (onze) magistraturas estaduais (SC, CE, SE, AP, RO, MS, MT, PA, MA, GO e RJ), aos **Ministros do STF** (sessão administrativa de 18/06/2003), **STJ** (reunião ordinária de 29/05/2003, PA 1306/03) e do **TST**, e aos **juízes auxiliares que atuam perante o STF** (Resolução nº 413/2009), o **STJ** (Resolução nº 50/2009) e o **CNJ** (Portaria nº 251/2008 e IN nº 42/2011).

Outrossim, em ação judicial que tramita junto ao STF (mandado de segurança nº 26.794), dois ministros já proferiram os seus votos, dando pela regularidade do pagamento da ajuda de custo para moradia no âmbito da Magistratura do Estado do Mato Grosso do Sul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, observando que o projeto não importa em aumento de despesas ao Estado, uma vez que os valores já estão previstos dentro do orçamento do próprio judiciário.

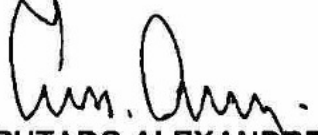
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

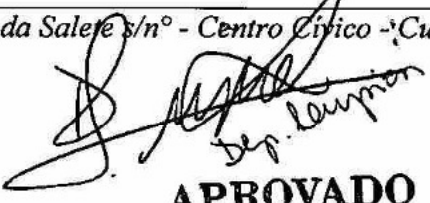
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO

18.02.14



VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dr. Edson
Pericles Mello
Tadeu Veneri
Herculio Turini



REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

24 FEV. 2014

Sumula: Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 25 de fevereiro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 801/13, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira dia de 25 de fevereiro em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 801/13, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 24 de fevereiro de 2014.

20
12
13
14
15
16
17
18
19
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

PROJETO DE LEI 15/14

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o BNDES até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vistas a apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de grupos organizados de agricultores e trabalhadores de baixa renda observadas as condições e normas fixadas pelos respectivos editais.

Art. 2º Os empreendimentos serão selecionados por meio de editais, com foco em associações ou cooperativas com sede no Estado do Paraná que incentivem a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável local ou regional.

Art. 3º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento da contrapartida requerida. O valor que será disponibilizado pelo BNDES representa 50% do total do Projeto.

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar acordos, convênios e editais necessários à implementação do referido Contrato;

II - abrir créditos adicionais respectivos até o valor do contrato de concessão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 10/02/2014

Presidente



MENSAGEM
Nº 004 /2014

Curitiba, em 06 de fevereiro de 2014.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 10 FEV. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o BNDES, até o montante de R\$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais), para apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda.

O Estado do Paraná, em busca de novas fontes de recursos financeiros para ampliar sua capacidade de investimento, pleiteou junto ao BNDES recursos do Fundo Social de caráter não reembolsável a fim de apoiar projetos produtivos de geração de trabalho e renda localizados em municípios paranaenses. Esta iniciativa visa potencializar recursos para programas de desenvolvimento sustentável e contribuir para que famílias e grupos produtivos em situação de exclusão social possam superar as desigualdades, inserindo-se nas cadeias produtivas locais.

O projeto está fundamentado em duas atividades consideradas de interesse econômico e social: agricultura familiar e empreendimentos econômicos solidários¹. Em outubro de 2012, conforme Ofício 986/2012, o Comitê de Enquadramento e Crédito do BNDES aprovou o enquadramento do projeto para análise da viabilidade do apoio financeiro pretendido pelo Estado, no âmbito do Fundo Social. A documentação requisitada foi preparada e, junto com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB e a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, foram elaborados os Editais para seleção pública dos projetos. Os Editais já passaram pelas correções e adequações do BNDES e do Fundo Social e as duas Secretarias possuem infraestrutura necessária e escritórios regionais preparados para dar apoio técnico aos projetos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.062.484-7

¹ Consideram-se empreendimentos econômicos solidários as organizações que possuam as seguintes características: (a) sejam organizadas de forma coletiva e tenham caráter permanente; (b) atuem com projetos produtivos, de comercialização e/ou beneficiamento; e, (c) estejam apoiadas em relações de solidariedade e reciprocidade.

A SEAB é responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, pesqueiro e de abastecimento. Desenvolve pesquisas e avaliações da produção e do mercado agropecuário e atua na fiscalização da produção agrícola e vegetal, garantindo a qualidade sanitária dos produtos e a sustentabilidade ambiental do processo de produção. Coordena e executa programas de melhoria da qualidade de vida das populações rurais e do manejo adequado dos recursos naturais. Conta em sua estrutura, com 21 núcleos regionais distribuídos espacialmente no Estado. A referida Pasta ainda possui sete instituições vinculadas, quais sejam, Instituto Emater, IAPAR, CODAPAR, CLASPAR, CEASA, CPRA e ADAPAR, que prestam assistência técnica e extensão rural voltado ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis.

A SETS é responsável por desenvolver políticas públicas e ações relacionadas a trabalho, emprego e renda, assistência social e segurança alimentar e nutricional e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento local/territorial com inclusão social. Os municípios do Paraná recebem assessoria e supervisão direta dos dezoito escritórios regionais, conforme divisão político administrativa, com o propósito de efetivar o cumprimento das legislações sociais e normativas federais e estaduais, bem como a organização e a viabilização da gestão integrada no atendimento da população usuária local e regional. A divisão regionalizada dos escritórios subsidia o apoio técnico aos municípios.

O objetivo geral é a seleção e o apoio financeiro a projetos de empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar, de natureza coletiva, apresentados por pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com o objeto de promover geração de trabalho e renda, assim como a sustentabilidade dos empreendimentos. O objetivo é a redução, a longo prazo, das desigualdades regionais do Estado do Paraná².

Alguns objetivos específicos foram traçados para o projeto:

- Estimular o acesso e a ampliação de mercados para a comercialização dos produtos dos agricultores familiares;
- Estimular a adoção de novas tecnologias e de processos inovadores;
- Promover a diversificação agropecuária, inclusive com atividades não agrícolas;
- Estimular a agregação de valor à produção agropecuária, através do apoio ao beneficiamento e a transformação;
- Estimular a organização formal dos agricultores familiares e cadeias produtivas locais (associações e cooperativas);

² Objetivo em conformidade com o Programa Pró-Rural.

- Estimular a ampliação da escala de produção, através do aumento da produtividade e da comercialização em conjunto;
- Promover a inclusão social das famílias, bem como o seu acesso aos direitos sociais e o exercício da cidadania, fortalecendo redes produtivas locais e/ou regionais;
- Articular no âmbito local e/ou regional, redes de apoio aos pequenos negócios individuais, familiares ou solidários;
- Promover o uso de boas práticas ambientais e sociais.

O projeto prevê como metas:

- Apoiar 100 iniciativas de negócios (projetos) com viabilidade de mercado;
- Beneficiar diretamente 1.000 famílias de agricultores familiares;
- Beneficiar diretamente 1.000 famílias envolvidas em empreendimentos econômicos solidários.

Por fim, insta destacar que o valor total do projeto será de R\$ 20.000.000,00, sendo que deste total o Estado do Paraná investirá 50% dos recursos demandados para o projeto, assim como os 50% dos recursos restantes serão provenientes do Fundo Social do BNDES.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 015/14

Projeto de Lei nº015/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 004/2014

Autoriza o Poder Executivo a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o BNDES até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR CONCESSÃO DE CRÉDITO NÃO REEMBOLSÁVEL JUNTO AO BNDES. FINALIDADE ESPECÍFICA. PROGRAMAS AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24, II CF. ARTS. 65, 87, III E XIX E ART. 134 DA CE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo buscar colaboração financeira, não reembolsável, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a fim de apoiar projetos produtivos de geração de trabalho e renda localizados em municípios paranaenses. Tal iniciativa visa potencializar recursos para programas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



interesse econômico e social, quais sejam, agricultura familiar e empreendimentos econômicos solidários.

Conforme a mensagem enviada, o valor total do Projeto é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo 50% (cinquenta por cento) através das dotações próprias constantes no Orçamento Geral do Estado e 50% (cinquenta por cento) do referido contrato de concessão junto ao BNDES.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual determina a competência **privativa do Governador do Estado** para exercer, com auxílio dos Secretários, a administração estadual, bem como realizar as operações de crédito, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia.

Sendo assim, quanto ao tema em análise, conforme a Mensagem enviada pelo Executivo, compete às Secretarias de Agricultura e Abastecimento - SEAB e Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, instituir os Programas especificados no presente projeto.

Além disso, o projeto cumpre com a exigência constitucional de que os projetos relativos aos créditos adicionais devam ser apreciados pela Assembleia Legislativa. É o que determina o art. 134 da **Constituição do Estado do Paraná**:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

Prça. Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROVADO

18.02.14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



REQUERIMENTO


Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 015/14, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 015/14, oriundo da Mensagem Governamental nº 004/14.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2014.


Deputado **Ademar Traiano**

14:49 17/02/2014 000630 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anotar-se e encaminhar-se
Para Providências
DL, 17/2/14




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 15/2014

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem 004/14, autoriza o Poder Executivo a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o BNDES até o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que o projeto tem por objetivo angariar recursos para programas de desenvolvimento sustentável.

O projeto ainda objetiva beneficiar diretamente 1.000 famílias de agricultores familiares, e, ainda 1.000 famílias envolvidas em empreendimentos econômicos solidários.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto ainda objetiva beneficiar diretamente 1.000 famílias de agricultores familiares, e, ainda 1.000 famílias envolvidas em empreendimentos econômicos solidários.

Destaque-se também que, em sua justificativa o Senhor Governador informa que o valor total do projeto será de R\$20.000.000,00 sendo que deste total o Estado do Paraná investirá 50% dos recursos demandados para o projeto, assim como os 50% dos recursos restantes serão provenientes do Fundo Social do BNDES.

Vale ressaltar que a Constituição do Estado em seu art. 65 e 87 garante ao Governador a competência para iniciar Leis dessa natureza.

De igual modo a Constituição Federal em seu art. 24, II, garante aos Estados legislar sobre o tema.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

Isto posto, esta Comissão de Finanças, opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 15/2013.

Sala das Sessões,

19/02/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


DEP. ENIO


DEP. BÜHREN


DEP. ALIELLI


DEP. WILSON



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 15/14

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 04/2014, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar o Poder Executivo a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda”*.

Os recursos de que trata esta celebração de Contrato de Concessão deverá apoiar projetos com vistas a geração de trabalho e renda localizados em municípios paranaenses, ainda potencializar recursos para programas de desenvolvimento sustentável e contribuir para que famílias e grupos produtos em situação de exclusão social possam superar as desigualdades, inserindo-se nas cadeias produtivas locais.

Este recurso foi pleiteado junto ao BNDES do Fundo Social de caráter não reembolsável.

Há de se destacar que o valor total do projeto será de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) sendo que deste total o Estado do Paraná investirá 50% (cinquenta por cento) dos recursos demandados para o projeto, assim com 50% (cinquenta por cento) dos recursos restantes serão provenientes ao Fundo Social do BNDES.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



A proposição apresentada, encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

É de competência privativa do Governador do Estado realizar as operações de crédito, nos termos do artigo 87 da Constituição Estadual que diz:

“Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XIX – “realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia”.

A autorização legislativa para a abertura de crédito para *celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável* especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V do art. 135 da Constituição Estadual que reza:

“Art. 135 São vedados:

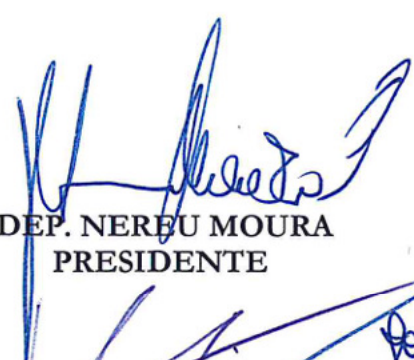
V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes”.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO


Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 24 de fevereiro de 2014.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.


DÁRCIA BATISTA
RELATOR


Pastor Edison


Francisco Bührer



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 015/2014

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o BNDES até o montante de 10.000.000.00 (dez milhões de reais), para apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda

II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposição em comento objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar contrato com o BNDES, até o montante de R\$ 10 milhões, para apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda.

Vale ressaltar que, considerando a competência desta Comissão, nada foi encontrado que possa obstar a tramitação da proposição.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, na forma do que dispõe o art. 33-M do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Indústria e Comércio emite seu parecer favorável ao Projeto de Lei 015/2014.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2014.

**DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR**



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 02 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 1.1 DEZ 2013
Ruy
1º Secretário

Dispõe sobre a autorização ao
Poder Executivo para a alienação
de imóveis.

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, a alienar a Décio Mello Costa, Gilmar Mello Costa e Maria Terezinha de Mello Costa, o Lote nº 2, com área de 378,6294 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das Glebas nº 8 e nº 9, localizado no Município de Sapopema e o lote nº 9, com área de 16,5922 ha, parte das mesmas Glebas, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, nos termos da Mensagem nº 153, de 19 de novembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013.

Valdir Rossoni
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Plauto Miró
Deputado PLAUTO MIRÓ
1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente proposição nos termos da Mensagem nº 153, de 19 de novembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no Expediente da Assembleia Legislativa em 9 de dezembro de 2013, bem como do Parecer nº 398/2013, da Procuradoria desta Assembleia, que é parte integrante do Protocolo nº 14.148, de 4 de dezembro de 2013, em anexo.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013.

COMUNICAÇÃO
Nº 153/2013

Curitiba, em 19 de novembro de 2013.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 09 DEZ. 2013

mauto
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa aprove Decreto Legislativo que, nos termos do art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, autorizará o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, a alienar a Décio Mello Costa, Gilmar Mello Costa e Maria Terezinha de Mello Costa, o Lote nº 2, com área de 378,6294 há., da Colônia São Jerônimo, parte das Glebas nºs 8 e 9, localizado no Município de Sapopema e o lote nº 9, com área de 16,5922 há., parte das mesmas Glebas, localizado no Município de São Jerônimo da Serra.

Cabe esclarecer que as áreas dos imóveis são superiores a cem hectares, alcançando, conseqüentemente, o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ao contido no inciso XXX do art. 54 da Carta Estadual, objetiva a regularização das áreas aos seus legítimos ocupantes, que as exploram adequadamente, de modo a fazer com que se cumpram as suas funções sociais. Por consequência, deixa-se de encaminhar Anteprojeto de Lei considerando que a Constituição do Estado, no citado inciso XXX do art. 54 e o inciso X, § 3º, do art. 121 do Regimento Interno desse Parlamento, exigem a adoção desse instrumento legislativo para alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 100 (cem) hectares.

Oportuno ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 9.678.208-0/SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Carlos Alberto Richa
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 9.678.208-0

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 25/11/2013

[Assinatura]
Presidente





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2013 de autoria da MESA EXECUTIVA que “*Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis*”

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata a presente Mensagem expedida pelo Poder Executivo, sob n.º 153/2013, protocolada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no dia 9 de dezembro de 2013, sendo que após a leitura em Plenário foi convertida em Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/2013, contendo a seguinte súmula Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Conforme a justificativa apresentada, a Mesa Executiva fica autorizada nos termos do inciso XXX do artigo 54 da Constituição Estadual, por meio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), a realizar alienação do imóvel que denomina ao Sr. Décio Mello Costa, Sr. Gilmar Costa e Sra. Maria Terezinha de Mello Costa do Lote n.º 2, com área de 378.6294 ha, localizados na Colônia São Jerônimo, das Glebas n.º 8 e 9, localizados no Município de



Sapopema, bem como do Lote n.º 9, com área de 16,5922 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra.

Justifica-se o presente projeto pela regularização das áreas em nome de seus legítimos ocupantes, que as exploram adequadamente, e em observância do inciso XXIII do artigo 5.º da Constituição Federal .

O PDL foi devidamente instruído com o laudo de vistoria expedido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, de fls. 6 a 65, bem como da Solicitação protocolada sob o n.º 14148/2013, formulada pela Diretoria Legislativa à Procuradoria-Geral desta Casa (fls. 66 a 137).

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

II - ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

“Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.”

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

“Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. “

Sendo assim, faz-se necessário o Presente Decreto Legislativo de autorização, eis que a doação pretendida ultrapassa 100 hectares, de forma que, inclui-se no disposto no Artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, conforme se observa:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Vislumbra-se, portanto, que a Assembleia Legislativa detém a competência necessária para propor o Projeto de Decreto Legislativo em tela.

Por fim, Em relação a constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

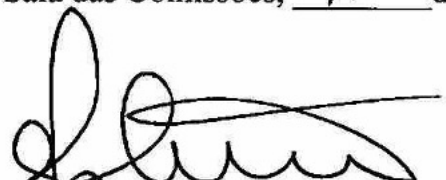
É O VOTO.

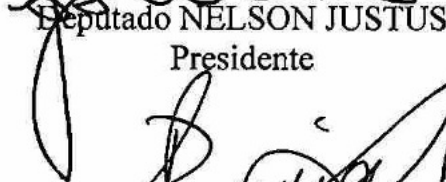


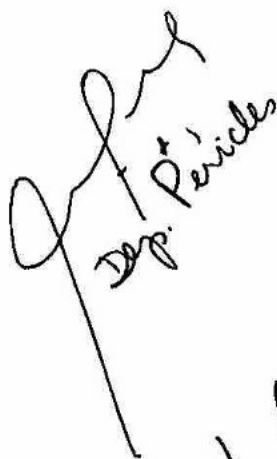
III - CONCLUSÃO


Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2013, de autoria da Mesa Executiva.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2014

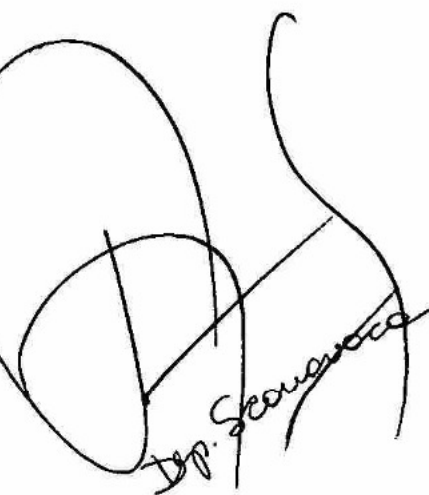

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

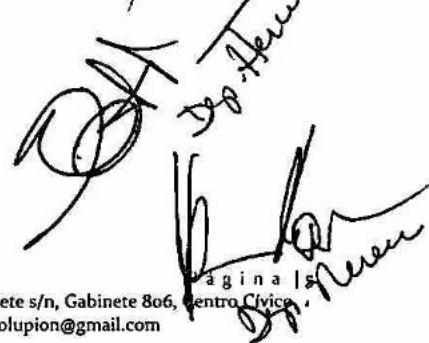

Dep. Pericles



Dep. Traiano


Dep. Hermes


Dep. Scaramuzza


Dep. Tullio


Dep. Antonio

APROVADO
11.02.14 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/13

RELATÓRIO

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo - Mensagem nº 153/13, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, a alienar a Décio Mello Costa, Filmar Mello Costa e Maria Terezinha de Mello Costa, o Lote nº 2, com área de 378,6294 há., da Colônia São Jerônimo, parte das Glebas nºs 8 e 9, localizado no Município de Sapopema e o lote nº 9, com área de 16,5922 há., parte das mesmas Glebas, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 9.678.208-0/SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA,

Feo 14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 159

inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

CONCLUSÃO

Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

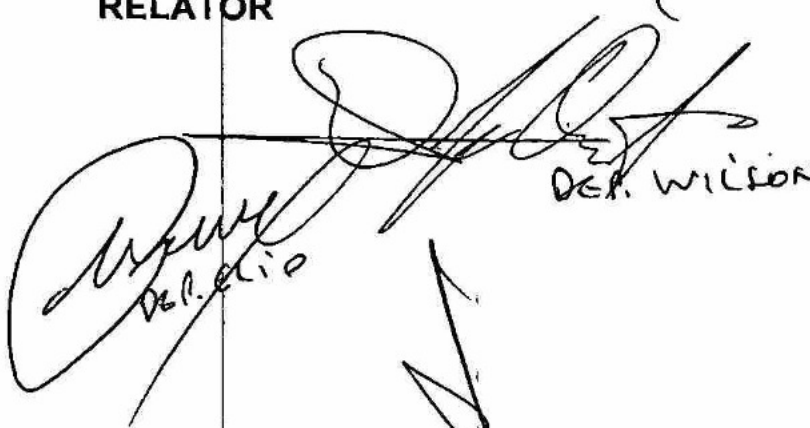
É o parecer.


Sala das Sessões, 19/02/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLI
RELATOR


DEP. DURAN


DEP. WILSON


DEP. ANÍBIO